



TCC/UNICAMP
M435c
IE

IE Economia

Monografia

CEDOC - IE - UNICAMP

Características da evolução do emprego formal nos anos de 2002
a 2007

Aluno: Lucas Darezzo Mattos – RA 034136

Orientador: Prof. José Dari Krein

Krein, José Dari

Universidade Estadual de Campinas

Campinas, Junho de 2009

CEDOC - IE - UNICAMP

TCC/UNICAMP
M435c
1290004058/IE

Índice de Tabelas e Gráficos	3
Resumo	4
Introdução	5
Capítulo 1. Panorama do mercado de trabalho brasileiro.....	8
1.1 A estrutura do mercado de trabalho até 1980.....	8
1.2 Situação do mercado de trabalho na década de 80.....	12
1.3 Situação do mercado de trabalho na década de 90.....	16
Capítulo 2. Retomada da estruturação do mercado de trabalho brasileiro.....	23
2.1 Panorama do início dos anos 2000.....	23
2.2 Razões da formalização do mercado de trabalho	34
Capítulo 3. Perfil dos trabalhadores com carteira assinada inseridos no mercado de trabalho.....	41
3.1 Introdução.....	41
3.2 Salário Mínimo e Renda.....	41
3.3 Gênero e Raça	44
3.4 Escolaridade	47
3.5 Idade	48
3.6 Setor de Atividade.....	49
3.7 Região.....	51
3.8 Análise do Perfil.....	52
Conclusão	55
Referências Bibliográficas:.....	59

Índice de Tabelas e Gráficos

Tabela 1.1 Ocupação agrícola e não-agrícola. Brasil – 1940-1980 (Em Porcentagem).....	11
Tabela 1.2 Taxas médias anuais de crescimento do PIB.....	18
Tabela 1.3 Taxa de desemprego. Brasil	21
Tabela 2.1 Inflação e taxa de câmbio no Brasil, 1999 - 2007	24
Gráfico 2.1 PIB a preços de mercado. Taxa (%) acumulada em quatro anos	26
Tabela 2.2 Indicadores de Atividade Econômica Brasil: 1999-2007	27
Tabela 2.3 Balanço de Pagamentos Brasil: 1999-2007 (em US\$ bilhões).....	29
Gráfico 2.2 Taxas de Desemprego – 1999-2007	31
Tabela 2.4 Variação na população acima de 10 anos de idade nas seis regiões metropolitanas do IBGE de 2002 a 2007	32
Tabela 2.5 Variação na PEA acima de 10 anos de idade nas seis regiões metropolitanas do IBGE de 2002 a 2007.....	32
Tabela 2.6 Variação dos ocupados acima de 10 anos de idade nas seis regiões metropolitanas do IBGE de 2002 a 2007	32
Tabela 2.7 Variação dos ocupados acima de 10 anos de idade em relação a PIA nas seis regiões metropolitanas do IBGE de 2002 a 2007	32
Tabela 2.8 Quadro comparativo de fiscalização do trabalho de 1999 a 2007.....	39
Tabela 3.1 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por faixas de salários mínimos em relação a 2002. (2002 = 100%).....	45
Tabela 3.2 Evolução (em %) do rendimento mensal do trabalho principal dos empregados com carteira assinada por faixas de salários mínimos em relação a 2002. (2002 = 100%)	46
Tabela 3.3 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por gênero em relação a 2002 (2002 = 100%)	47
Tabela 3.4 Emprego Formal e Ocupação Não-Formal conforme sexo e cor. Brasil, 2004 e 2006	48
Tabela 3.5 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por faixas de escolaridade em relação a 2002 (2002 = 100%).....	51
Tabela 3.6 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por faixas de idade em relação a 2002 (2002 = 100%).....	52
Tabela 3.7 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por ramo de atividade em relação a 2002 (2002 = 100%).....	53
Tabela 3.8 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por regiões geográficas em relação a 2002 (2002 = 100%).....	54

Resumo

O texto, inicialmente, ilustra a estruturação do mercado de trabalho com a passagem da economia primário exportadora para a economia urbana industrial após a Revolução de 1930. Esse período de 1930 a 1980 foi marcado, principalmente, pelo grande dinamismo econômico.

A década de 80 apresenta as suas peculiaridades onde houve uma pausa no processo de estruturação do mercado de trabalho. O país apresentou baixas taxas de crescimento do PIB e sofreu com a crise da dívida.

A década de 90 marcou a desestruturação do mercado de trabalho. O crescimento econômico também foi baixo só que com um grande impacto no trabalho com um aumento da informalidade, diminuição do emprego formal e queda dos salários.

Nos anos 2000 o país conseguiu uma inflexão dessa tendência de desestruturação, aumentando os empregos formais. Nesse sentido foi traçado um perfil dos trabalhadores com carteira assinada inseridos no mercado de trabalho para melhor compreender as peculiaridades do período.

Palavras chaves:

Mercado de trabalho, estruturação, formalização, crescimento, informalidade e perfil dos trabalhadores.

Introdução

O período de 1930 a 1980 marca o processo de industrialização do Brasil, com o consequente avanço e estruturação do mercado de trabalho. Esse processo sempre obteve abundância de mão-de-obra em função da forte migração das áreas rurais para as regiões mais dinâmicas caracterizando um mercado de trabalho pouco estruturado e de baixos salários.

Nesse período, o grande crescimento da economia e conseqüentemente o crescimento do mercado de trabalho brasileiro, faziam com que mais pessoas saíssem da informalidade e/ou do trabalho não remunerado e adentrassem ao emprego formal, estruturando o mercado de trabalho, já que essa estrutura abarcava um número cada vez maior de trabalhadores. Assim, entende-se, nesta monografia, como estruturação do mercado de trabalho a maior inclusão de trabalhadores na esfera formal, aumentando a taxa de assalariamento da economia e, com isso, protegendo-os segundo a legislação trabalhista. Assim, desestruturação é compreendida como o trabalho sem registro, conta-própria sem proteção previdenciária e os empregos em pequenos negócios não estruturados.

Na década de 80 o país interrompe o ciclo de forte crescimento do produto. A crise da dívida e o ajuste recessivo tiveram impactos diretos no mercado de trabalho com a interrupção de sua estruturação, mesmo que o problema do desemprego tenha se manifestado com maior intensidade somente entre 1981 e 1983.

No entanto a partir de 1990, com a inserção do Brasil na nova ordem internacional, o mercado de trabalho sofre profundas mudanças com a sua desestruturação, desregulamentação e flexibilização.

De 1999 a 2007, verifica-se uma retomada do emprego formal, revertendo à tendência de forte desestruturação do mercado de trabalho dos anos 90. Nesse período houve um aumento da elasticidade entre o desempenho do PIB e a criação de ocupações, especialmente de empregos formais.

Este texto possui dois objetivos, sendo o primeiro procurar compreender e

descrever esse processo recente da retomada da estruturação do mercado de trabalho, bem como as suas razões.

Além disso, esta monografia tem como segundo objetivo analisar o perfil dos trabalhadores contratados com carteira assinada sob a hipótese de que tenha prevalecido à criação de empregos formais em todas as regiões brasileiras com: baixos salários, maior grau de escolaridade, aumento da faixa etária e continuidade da inserção da mulher.

Assim, este texto irá analisar o movimento recente da retomada do crescimento do emprego formal no Brasil ocorrido a partir de 1999, discutindo as razões dessa manifestação. Sob esse foco, também será traçado o perfil dos trabalhadores formalizados segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) entre 2002 a 2007.

O texto abrange, primeiramente, os movimentos gerais do mercado de trabalho, desde a sua formação e estruturação. Com essas informações compreende-se que o mercado de trabalho brasileiro, desde a sua formação até a atualidade possui algumas particularidades como o excedente estrutural de força de trabalho, heterogeneidade ocupacional, alta rotatividade, baixos salários e flexibilidade.

O segundo capítulo ilustra de uma maneira mais profunda o momento em que o país consegue interromper o ciclo de desestruturação do mercado de trabalho e passa a gerar empregos formais, apresentado altas taxas de elasticidade emprego/produto, evidenciando um dinamismo nesse mercado. Entre 2004 e 2007, a economia cresceu em média 4,2% ao ano e o emprego formal 5,9% ao ano.

Além do crescimento econômico, do aumento significativo das exportações e dentro de um cenário positivo internacionalmente, onde as grandes empresas retomaram as contratações, existem outros fatores que contribuíram para essa recuperação do emprego formal. Assim, uma parte do texto versa sobre esse conjunto de fatores que contribuíram para essa formalização, como por exemplo: mudança no posicionamento do Estado que, com o objetivo de melhorar a máquina arrecadatória, incentiva o cumprimento das leis trabalhistas estimulando à formalização e, pressão da

sociedade para ter acesso ao crédito e aos benefícios da seguridade social.

A metodologia utilizada para traçar o perfil dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho é com base na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad), de onde todos os dados do terceiro capítulo foram coletados, com apenas uma exceção¹.

No entanto, cabem algumas considerações sobre as restrições da referida base de dados. A primeira delas é por se tratar de uma pesquisa realizada por amostragem, ou seja, não engloba todo o universo brasileiro. Além disso, para homogeneizar as tabelas de todo o período, foram desconsiderados, as informações do norte rural.

Uma segunda restrição é por se tratar de uma pesquisa domiciliar, ou seja, ela toma como verdade a informação fornecida pelo entrevistado.

Outra limitação é em relação à medição das altas rendas, que tendem a ser olvidadas, pela sub-declaração e/ou pela maior facilidade que têm de não incluir alguns rendimentos, pelo fato de não serem fruto do trabalho e sim de rendimentos de juros e dividendos espalhados pelo mundo.

Por fim, cabe salientar que a pesquisa é realizada em setembro, não captando todas as remunerações do trabalho, como por exemplo, o décimo terceiro e o PLR (Participação dos Lucros e Resultados).

Porém a Pnad continua sendo a melhor fonte de informações anuais sobre as características da população brasileira. E, quando se trata comparativamente com outros anos, que é o caso deste trabalho, apresenta um resultado ainda mais eficiente, dando um panorama das transformações e tendências no país.

O texto está organizado em três capítulos de maneira a tratar os movimentos gerais do mercado de trabalho dentro de um contexto político-econômico, a recuperação do mesmo a partir de 1999 e o perfil dos trabalhadores inseridos nesse contexto.

1 Tabela 3.4 Emprego Formal e Ocupação Não-Formal conforme sexo e cor. Brasil, 2004 e 2006. Apud Leone, 2009.

Capítulo 1. Panorama do mercado de trabalho brasileiro

1.1 A estrutura do mercado de trabalho até 1980

O mercado de trabalho brasileiro começa ser constituído no final do século XIX com a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. No entanto ele é estruturado somente a partir da Revolução de 1930 com a transição da economia primária exportadora para a economia urbana industrial. (Baltar, 2006: 9).

O período de 1930 a 1980 é marcado por um intenso processo de industrialização e dinamismo do mercado de trabalho. Esse crescimento acelerado e sustentado transformou radicalmente a economia e a sociedade com a estruturação e sedimentação do mercado de trabalho. (Santos, 2006: 110).

Cabe destacar que algumas características do mercado de trabalho brasileiro prevalecem desde a sua formação até os dias atuais, como por exemplo, o excedente estrutural de força de trabalho, heterogeneidade ocupacional e baixos salários. Sobre esse contexto, será traçado um breve panorama da formação do mercado de trabalho nacional.

O Brasil passou por um longo período escravocrata. A história brasileira tem quase quatro séculos de escravidão, contra apenas 1,5 século de trabalho livre. A maneira como a transição, para o trabalho livre foi feita gerou conseqüências diretas na sociedade até os dias atuais, influenciando diretamente a estrutura do mercado de trabalho.

Mas, inicialmente, para melhor compreender as peculiaridades do mercado de trabalho brasileiro, cabe ressaltar duas leis antecedentes a abolição da escravidão em 1888 com a Lei Áurea.

A Lei de 1850 impedia o acesso à terra a todos aqueles que não tivessem dinheiro para comprá-las, já que esta era privada ou de posse do Estado. Desta maneira, os futuros trabalhadores livres seriam obrigados a trabalharem nos latifúndios, não restando alternativa, tendo em vista que não tinham recursos para adquiri-las e tirar a sua subsistência.

Segundo Dedecca (2005: 95 e 96 apud Carvalho Franco: 186 e 187):

Quando da passagem para o trabalho livre, essa população foi impedida de ter acesso a terra para se ocupar, sendo obrigada a se subordinar ao trabalho no latifúndio. (...) Pode-se afirmar que o modo de regulação da propriedade privada da terra impediu o acesso aos trabalhadores livres, constituindo-se a raiz do problema agrário no país e o instrumento básico para a subordinação do trabalho.

Uma segunda lei de 1879 dava bastante autonomia aos proprietários de terras de administrarem as suas posses: desde o âmbito comercial até a forma do trabalho. Assim, por lei, o empregador detinha um grande poder de regulação da mão-de-obra.

Ainda segundo Dedecca (2005: 95):

O primeiro aspecto a ser tratado diz respeito ao movimento do trabalho escravo para o trabalho livre. Isto é, do estabelecimento do mercado de trabalho a partir de meados do século XIX. As características desse processo explicam a recorrente abundância de força de trabalho disponível para o processo de industrialização conhecido pelo país durante o século XX.

Com esse panorama o Brasil começa a formação de um mercado de trabalho sem romper com o velho sistema oligárquico com base nos latifúndios para exportação.

À luz desse cenário, o Brasil ainda promoveu uma campanha de forte incentivo a imigração visando atrair mão-de-obra mais qualificada em detrimento dos ex-escravos, contribuindo ainda mais para aumentar o excedente de força de trabalho.

Com o *crack* da Bolsa de Nova York em 1929 e conseqüentemente com o colapso do mercado externo é que o Brasil, com Getúlio Vargas, a partir de 1930, inicia um processo de industrialização e integração entre as regiões. Somente nesse período o país passa a integrar o mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo em que o país incentivava a imigração, a situação nordestina se deteriorava. Com a queda acentuada da produção canavieira, surgia um imenso contingente de população adulta sem trabalho, que lá permanecia e mesmo assim, o governo mantinha o incentivo a imigração. (Dedecca, 2005: 97).

Segundo Oliveira, Carlos Alonso B. de (1998: 116) a situação dos brasileiros se deteriorava:

(...) aos brasileiros (ex-escravos, brancos e mulatos pobres, entre outros) cabiam as piores ocupações – emprego doméstico, transporte de cargas, etc. - ou eram lançados à marginalidade, já que no

mercado de trabalho assalariado da indústria nascente e dos serviços reinava franca preferência pelos imigrantes por parte do patronato.

Outro movimento que sucedeu concomitantemente com a industrialização no país, que aumentou ainda mais o estoque de força de trabalho à disposição dos empregadores foi a migração rural-urbana.

As razões desse êxodo rural são explicadas abaixo por Carlos Alonso B. de Oliveira:

A dominância da grande propriedade; o processo de modernização impulsionado pela ação do governo, que aumenta a produtividade do trabalho e reduz a capacidade de absorção da mão-de-obra nas áreas de fronteira; a sobrevivência, em certas áreas, do latifúndio tradicional; a própria desarticulação das relações latifúndio-minifúndio; a pobreza das massas rurais; a superexploração, a proibição dos sindicatos, a ausência de políticas sociais no campo – todos esses fatores resultaram num êxodo rural espantoso. Em trinta anos (1950/80) saíram do campo em direção às cidades mais de 35 milhões de brasileiros. (Oliveira, Carlos Alonso B. de, 1998: 118).

Esse processo de migração do campo para as cidades transformou o cenário nacional com um altíssimo aumento da taxa de urbanização, passando de menos de 40% em 1950 para mais de 60% em 1980.

À luz dessas informações, compreende-se que o mercado de trabalho brasileiro foi construído com um baixo poder de barganha por parte dos trabalhadores. “A velocidade dos processos migratórios também determinou a conformação de um mercado de trabalho urbano extremamente desfavorável aos trabalhadores”. (Oliveira, Carlos Alonso B. de, 1998: 119).

Com esse cenário de excedente de força de trabalho, o Brasil experimentou um grande dinamismo econômico, com alto crescimento do produto com taxas médias de mais de 7% ao ano entre 1930 a 1980. Esse processo de industrialização foi tão intenso que o Brasil tornou-se a oitava economia do mundo. Note que mesmo com esse crescimento, o número de empregos gerados não foi suficiente para empregar toda a população, devido as altas taxas de natalidade e ao imenso contingente da população que migrava do campo para as cidades.

Como dito, o Brasil passou por grandes transformações no cenário econômico, urbano e conseqüentemente no mercado de trabalho. A tabela abaixo ilustra essa

grande transformação das ocupações no país. Com a industrialização e a urbanização, a população ocupada em atividades não-agrícolas foi crescendo em um ritmo sempre mais acelerado que as ocupações agrícolas chegando a quase 70% dos ocupados em 1980.

Pessoas Ocupadas	1940	1940-1960	1960	1960-1980	1980
Total	100	2,2	100,0	3,1	100,0
Atividades Agrícolas	66,7	1,2	54,5	0,1	30,2
Atividades Não-Agrícolas	33,3	3,8	45,5	5,4	69,8

Fonte: IBGE

Apud: BALTAR, 2006: 13

Apesar do dinamismo da geração de empregos, a velocidade do processo de migração despejou nas cidades um contingente de população que não pôde ser totalmente absorvido no mercado de trabalho formal capitalista. Acumulam-se, nas cidades, grandes massas de "população excedente" que passaram a se defender recebendo migalhas de renda gerada no núcleo capitalista. (Oliveira, Carlos Alonso B. de, 1998: 119).

A participação dos assalariados aumentava progressivamente no país. No entanto a pobreza permanecia e passava a estar associada aos baixos salários.

Segundo Dedecca (2005: 101):

"Ao final do longo período de industrialização 1930-80, aproximadamente metade da população ocupada não tinha acesso ao sistema de proteção social constituído em 1940".

Com a ditadura militar o país teve um novo ciclo de intensificação da indústria, com altas taxas de crescimento, principalmente com a implantação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Cabe ressaltar que o governo teve um papel central sustentando a taxa de formação bruta de capital fixo.

Durante o regime militar, houve um alto crescimento da renda média. Mas, por outro lado, houve uma grande concentração da mesma. Nesta toada o Brasil se tornou e permanece entre os países com as piores distribuições de renda do mundo. Entre 1960 e 1980, "a participação na renda total dos 40% dos trabalhadores com renda acima dos 40% mais pobres e abaixo dos 20% mais ricos caiu de 33,9% para 25,1%.

(...) Em 1960, a renda média desses trabalhadores equivalia a 85% da média da renda nacional, caindo para 63% em 1980". (Baltar, 2007: 18). Enquanto os 20% mais ricos aumentavam a sua renda, o resto da população, com destaque para a classe média, perdia participação no total.

O Brasil nunca conseguiu resolver o seu problema da questão agrária, resultando em sempre existir um excedente de mão-de-obra. Uma boa parte dos ocupados era obrigada a aceitar trabalhos de baixa remuneração. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que a classe média e alta aumentava a sua participação na renda nacional, os serviços considerados de luxo em países mais desenvolvidos, como serviços domésticos, segurança particular e etc eram cada vez mais comuns no país, exemplificando essa grande concentração de renda.

Esse é o cenário que o Brasil adentra os anos 80, com um esgotamento das condições de financiamento da economia e um poder limitado de dinamismo econômico. Ou seja, o cenário havia se transformado.

1.2 Situação do mercado de trabalho na década de 80

O Brasil entrava na década de 80 com um mercado de trabalho em processo de estruturação. No entanto, esse processo foi congelado e permaneceu sem grandes alterações durante toda a década devido ao baixo crescimento da economia e da alta inflação presente em todo período dos anos 80.

O cenário de grande crescimento (1930-80) já vinha dando sinais de esgotamento desde o final da década de 70. Dessa forma o panorama nacional e internacional se transformava negativamente do ponto de vista econômico e conseqüentemente do mercado de trabalho. O colapso de Bretton Woods e o segundo choque do petróleo em 79 deflagraram uma estagnação com inflação nos países centrais do capitalismo, culminando em uma reestruturação do mesmo. (Baltar, 2006: 19).

O Brasil com a sua dependência de financiamento externo caminhava de encontro com um cenário internacional extremamente negativo. A tendência do

capitalismo estava se transformando. O parque industrial que estava sendo montado para ampliar as exportações não teve o resultado esperado, devido ao baixo dinamismo do comércio internacional e a queda dos preços dos produtos exportados pelo país. O mercado financeiro internacional se transformou rapidamente, culminando na crise da dívida externa dos países do terceiro mundo.

Durante o triênio 1981 – 1983 o Brasil passou por uma forte crise, resultante da opção recessiva adotada pelo governo para combater os desequilíbrios externos. O Produto Interno Bruto (PIB) recuou 3,8% entre 1981 e 1983, ao mesmo tempo em que o PIB per capita apresentava uma queda de 10,6%. A indústria foi o setor mais atingido, com uma redução de 11,4% ao nível de produção. (Sabóia, João L. M., 1986: 82).

A resposta brasileira para essa crise foi um ajuste exportador onde as importações eram extremamente limitadas e as exportações incentivadas com o intuito de sanar as contas nacionais devido à crise da dívida.

O Brasil, na década de 1980, apenas aperfeiçoou a indústria consolidada no milagre e no 2º PND, exportando tudo que foi possível e importando quase que exclusivamente petróleo, para obter um saldo no comércio de bens que permitisse pagar os juros da dívida externa. A imposição de todo tipo de dificuldade para importar e os estímulos para exportar qualquer tipo de produto, provocou elevada elasticidade produto do emprego, mas o crescimento do PIB foi pequeno porque o poder público foi imobilizado pelo colapso das finanças públicas e a iniciativa privada não teve capacidade para articular e garantir o financiamento dos investimentos necessários a um crescimento mais vigoroso do PIB. (Baltar, 2007: 15).

O país usava a sua capacidade de produção para gerar superávits de comércio para pagar os altos juros da dívida externa. A importação foi bastante reduzida, para aumentar o superávit comercial. O câmbio foi recorrentemente desvalorizado, encarecendo brutalmente o serviço da dívida externa. Com esse baixo crescimento do PIB e com a permanência da carga de impostos, a dívida pública também aumentou desproporcionalmente. (Baltar, 2007).

Esse ajuste exportador com a inibição das importações sucateava o parque industrial nacional. As suas conseqüências serão ilustradas no próximo item quando houve a abertura econômica e a conseqüente concorrência internacional.

Como já ressaltado, o Brasil utilizava a sua capacidade de produção para gerar superávits comerciais. Dessa forma, o consumo e o investimento ficaram em segundo

plano. O mercado financeiro doméstico dedicou-se a refinar a dívida pública que acarretou em diminuição dos prazos e aumento das taxas de juros.

Na verdade, a atuação das autoridades e da iniciativa privada, no Brasil dos anos 1980, pode ser interpretada como uma estratégia para tentar congelar a situação preservando os patrimônios privados à custa das finanças do Estado, no aguardo de uma melhor definição das novas tendências do capitalismo mundial. (Baltar, 2006: 20).

No entanto, apesar da década de 80 ser considerada a década perdida a realidade não foi tão drasticamente modificada. O país conseguiu anos de crescimento econômico com recuperação do emprego.

Apesar da situação de instabilidade que caracterizou a década, marcada por movimentos curtos de recuperação seguidos de outros de recessão em um contexto de alta inflação, chegou-se ao final do período com uma taxa de desemprego relativamente baixa. Após os anos de recessão de 1981 a 1983, os movimentos curtos de recuperação permitiram a recomposição do nível de emprego industrial, o qual, em 1989, era similar àquele de 1980. Se o desemprego foi a grande marca dos anos de recessão do início da década, foi a piora da distribuição de renda que constituiu a principal característica para o conjunto do período. (Dedecca, 2005: 103).

Nessa década o ritmo do crescimento da população diminuiu, passando de uma taxa média de crescimento de 2,5% ao ano de 1970 a 1980 para 1,9% ao ano de 1980 a 1991. O crescimento da PEA também diminuiu, mas continuou alto, passando de 4% para 2,8% ao ano no mesmo intervalo discriminado.

Esse crescimento ainda alto da PEA está diretamente associado a gradativa inserção feminina no mercado de trabalho que já estava em curso desde a década de 70. No entanto, essa inserção foi intensificada, se comparada com a década passada, em função da deterioração dos salários, tendo, portanto, a necessidade de adentrar o mercado de trabalho para complementar a renda familiar que decrescia.

Como a taxa de desemprego no final da década de 80 não é muito diferente do ano de 1980, o resultado é que esse substancial aumento da PEA foi absorvido pelo crescimento das ocupações.

Desse modo, foi intenso o crescimento do número de pessoas ocupadas numa década em que o PIB por habitante praticamente não aumentou. O número de pessoas ocupadas aumentou em relação à população total, e o PIB por pessoa ocupada diminuiu. (Baltar, 2006: 21).

A composição dos trabalhadores no Brasil estava se modificando. A grande parte da geração de emprego ocorreu em órgãos públicos e empresas de pequeno e médio porte. Apesar de ter crescido o emprego formal, a sua participação no total diminuiu devido ao aumento das ocupações sem carteira de trabalho, por conta própria e pequenos empregadores. A indústria, construção e do serviço de utilidade pública, diminuía o seu peso, em contra partida aumentava a participação do comércio, administração pública, saúde, bancos e educação. (Baltar, 2006).

Nesse sentido, cabe ilustrar que o salário mínimo de 1980 valia somente 54% do seu valor de 1959. O poder de compra dos trabalhadores assalariados diminuiu durante a década em questão. Os choques de inflação, a crise da dívida e o baixo crescimento contribuíram para piorar ainda mais a desigualdade no país. O governo fazia um ajuste caro socialmente, para tentar conter a inflação e o déficit nas contas públicas. (Baltar e Dedecca, 1992).

Entre 1981 e 1989, em relação aos ocupados em atividades não agrícolas, houve uma queda de quase 20% na renda média dos 5% mais pobres, enquanto a dos 5% mais ricos subiu 29%. Os salários não conseguiam acompanhar a alta inflação. (Baltar, 1996). Em contrapartida, as classes mais altas preservavam o valor de sua riqueza em aplicações em ativos financeiros.

Por fim cabe destacar que em meio a essa turbulência na década de 80, o país estava passando por um período de redemocratização, devido ao fim da ditadura militar em 1984.

Esse período foi marcado por uma importante presença sindical e de movimentos sociais. O seu valor decorre da atuação para evitar que a desigualdade social não aumentasse ainda mais. A Constituição de 1988 foi promulgada nesse cenário ampliando as fontes de financiamento das políticas sociais e do acesso universal à seguridade social.

No âmbito do trabalho ela ampliou a proteção aos trabalhadores e constitucionalizou alguns direitos como, por exemplo: a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, aumento de 20% para 50% da remuneração mínima do trabalho extraordinário, introdução do abono de férias correspondente a 1/3 do salário regular,

ampliação da licença maternidade de três para quatro meses e da licença paternidade de cinco dias.

Cabe destacar que a Constituição, neste momento, permitia o direito de greve, sendo de grande importância para os trabalhadores aumentarem o seu pequeno poder de barganha para lutar por seus direitos.

A economia continuava com um lento crescimento, inflação alta, mercado de trabalho congelado e aumento da desigualdade. A continuidade dos problemas de primeira ordem abriu espaço para novas alternativas para solucionar os problemas brasileiros. Dessa forma, no final da década de 80, o pensamento liberal ganhou espaço.

1.3 Situação do mercado de trabalho na década de 90

O Brasil entrava na década de 90 em meio a transformações políticas. A vitória de Fernando Collor nas eleições de 1989 trazia à tona um novo pensamento de desenvolvimento. A visão dominante de caráter neoliberal era a inserção do Brasil no mundo globalizado adotando as medidas do Consenso de Washington. Esse pensamento era de que o processo de globalização iria promover a convergência da estabilidade econômica, difusão tecnológica e crescimento econômico.

No entanto a realidade foi bem diferente. O crescimento foi inferior a década de 80, o mercado de trabalho foi sendo desestruturado, com um aumento da informalidade e do desemprego, além de uma piora na desigualdade de renda.

Para complementar Dedecca diz:

Os resultados dos anos 90 se distanciaram totalmente daqueles prognosticados no final da década anterior. Em lugar de uma retomada econômica com geração de emprego e distribuição de renda, o país conheceu mais um período de quase estagnação, desemprego e aumento da desigualdade social. (Dedecca, 2005: 103).

Essa mudança político-econômica no Brasil que adotava o receituário neoliberal com o intuito de aumentar a sua competitividade no cenário internacional gerou graves consequências para o país. A rápida e descuidada abertura comercial brasileira, fez

com que a indústria nacional passasse a concorrer diretamente com os produtos de fora. Além disso, as indústrias brasileiras estavam com os seus bens de produção sucateados, em virtude da extrema dificuldade em importar na década de 80. O resultado foi uma crise econômica com uma grande quebra de empresas devido à desestruturação de algumas cadeias produtivas.

Em relação ao cenário internacional acontece uma guinada com um grande aumento da liquidez. "A economia teve baixa atividade na Europa e no Japão, e os bancos centrais da Europa, Japão e EUA praticaram políticas de dinheiro farto e barato que mantiveram baixo o nível das taxas de juros nesses países".(Baltar, 2006: 23). Assim, ficou atrativo diversificar as aplicações, levando um fluxo de capitais para os países do terceiro mundo que estavam com a sua riqueza nacional desvalorizada em função da desvalorização cambial com o intuito de diminuir as importações e aumentar as exportações para gerar superávits primários.

Dessa forma, os países em desenvolvimento que sofreram com a crise da dívida na década de 80, se viram diante de um cenário novamente atrativo para captar créditos externos. No entanto, para atrair esse fluxo de capital, os países, inclusive o Brasil, procuraram facilitar as oportunidades de lucro. Outras medidas de cunho neoliberal para atrair o capital foram às privatizações, facilidade de entrada e saída de capital, altas taxas de juros e liberalização de aplicações de recursos vindo do exterior em títulos locais da dívida e propriedade.

Inicialmente, o resultado dessa liberalização econômica foi uma recessão da economia. A tabela abaixo mostra essa crise com um crescimento negativo de -4,3% e -0,8% em 1990 e 1992 respectivamente.

1980	9,2	1990	-4,3
1981	-4,5	1991	0,3
1982	0,5	1992	-0,8
1983	-3,5	1993	4,2
1984	5,3	1994	5,8
1985	7,9	1995	4,2
1986	7,6	1996	2,8
1987	3,6	1997	3,7
1988	-0,1	1998	0,2
1989	3,3	1999	0,8
Taxa média do período	2,93		1,69
Fonte: IBGE			

No entanto, esse grande afluxo de capital foi importantíssimo para o controle inflacionário no país. O governo de Fernando Henrique Cardoso trouxe novamente a confiança na moeda nacional, garantindo o seu valor externo, mesmo com um câmbio valorizado. A abertura econômica iniciada no início da década contribuía para que os preços internos e externos se convergissem.

Ao mesmo tempo em que o Brasil conseguia uma recuperação econômica com um crescimento de mais de 4% ao ano entre 1993 e 1995 (conforme tabela acima), o país construía as raízes da crise que teve seu estopim em 1999 com a desvalorização da moeda.

O Brasil passou a ter enormes déficits de conta corrente do balanço de pagamentos devido. A conta de serviços brasileira já é estruturalmente deficitária devido ao peso dos pagamentos de juros, lucros e dividendos e o saldo comercial piorava com o aumento das importações e diminuição das exportações.

Dessa forma, com um volume maciço de entrada de capitais o Brasil cobria os déficits no balanço de pagamento, aumento as suas dívidas internas e externas, já que mantinha as taxas de juros altas internamente. Outra conseqüência foi a já dita valorização cambial, o aumento das reservas internacionais e o efetivo controle inflacionário. (Baltar, 2006: 24).

Cabe ressaltar que as empresas nacionais, de alguns setores, conseguiram reestruturar o seu aparelho produtor com a importação de maquinário, insumos e equipamentos devido ao aumento do crédito e ao câmbio valorizado. As empresas estavam bastante defasadas em razão da impossibilidade de importar na década anterior.

“Na realidade, a maneira precipitada e desordenada com que o Brasil entrou na chamada globalização desfavoreceu a geração de emprego e renda e provocou sérios problemas de absorção da população ativa”. (Baltar, 2006: 25).

Os resultados econômicos dessa década refletem a situação da década com baixo crescimento do PIB, pequeno aumento das exportações, aumento das importações. (Baltar, Moretto, Santos e Krein, 2006). O crescimento médio do PIB na década de 90 foi inferior a década de 80, com uma média de 1,65% ao ano (conforme tabela acima).

O PIB brasileiro de 1999 foi apenas 19,5% superior ao de 1989, diante de um aumento da população de 16,3%, resultando praticamente na estagnação do PIB *per capita* (somente 2,8% em 10 anos). As exportações passaram de US\$ 34,4 bilhões em 1989, para apenas US\$ 48,0 bilhões, em 1999: um crescimento de 39,5%, ou 3,4% ao ano, muito aquém da intensidade da ampliação do total do comércio mundial. Já as importações, mais que dobraram (de US\$ 18,3 bilhões para US\$ 49,2 bilhões). (Baltar, Moretto, Santos e Krein, 2006).

Esse baixo crescimento teve impactos diretos no mercado de trabalho, contribuindo para a sua desestruturação. O pensamento conservador dominante culpava a própria rigidez da legislação trabalhista para os problemas do mercado de trabalho.

Desprezando os elementos estruturais do problema do emprego, posição que permitia desconsiderar as raízes históricas do problema social do país, a política conservadora assume o discurso e as diretrizes recentes que foram dominando as políticas públicas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nessa perspectiva, o problema do emprego passa a ser, sistematicamente, vinculado ao funcionamento inadequado do mercado de trabalho, explicado pela regulação excessiva das relações de trabalho imposta pela proteção social. (Dedecca, 2005: 105).

Ao mesmo tempo em que o desemprego aumentava a informalidade crescia. As grandes empresas, devido à perda de mercado interno e externo em função do acirramento da concorrência com a abertura econômica, fizeram demissões em massa.

Além disso, a grande maioria dos empregos criados vinha dos pequenos empreendimentos voltados para o consumo das famílias, caracterizados pelo baixo rendimento, baixo nível de escolaridade e conseqüentemente, baixa produtividade. "Assim, entre 1990 e 1997, nove de cada 10 novos empregos criados foram no setor informal, especialmente, serviços informais para famílias ou indivíduos". (Siqueira, 2007 apud Dedecca, 2000).

Assim, a taxa de desemprego, que era inferior a 5% em 1989, aumentou até o final da década (7,2% em 1992, 8,4% em 1997 e 10,4% em 1999). Apesar do desemprego atingir todos os segmentos da população, sua ampliação foi mais intensa entre os jovens e as mulheres adultas. (Baltar, Moretto, Santos e Krein, 2006: 32).

Assim, a taxa de desemprego aumentou significativamente, passando de 11,7% para 19,3% de 1991 a 1999, conforme ilustrado na tabela abaixo. Cabe ressaltar que apesar do desemprego atingir todos os segmentos da população, ele foi mais intenso entre os jovens.

Tabela 1.3 Taxa de desemprego. Brasil

Ano	Taxa de Desemprego
1991	11,7
1992	15,2
1993	14,6
1994	14,2
1995	13,2
1996	15,1
1997	16,0
1998	18,2
1999	19,3

Fonte: SEADE/DIEESE. PED, 1991 a 1999.

Apud: LEONE, 2009: 6

Apesar da subida das taxas de desemprego, elas foram atenuadas pelo “colchão amortecedor” da informalidade. “A inexistência do seguro-desemprego no setor formal da economia obriga os trabalhadores desempregados a procurar algum tipo de ocupação no setor informal, permanecendo por pouco tempo nas estatísticas de desemprego”. (Dedecca, 1998).

Esse crescimento da informalidade reflete na estrutura ocupacional do país. As grandes empresas diminuíram as suas ocupações, em função da grande concorrência internacional e conseqüentemente a sua perda de “*market share*”. Em contra partida houve um aumento expressivo do emprego nas pequenas e médias empresas e dos conta própria. (Baltar, Moretto, Santos e Krein, 2006).

O problema se intensificava, além do desemprego aberto surgia uma enorme quantidade de ocupações precárias. O aumento da informalidade aconteceu de uma maneira intensa no período descrito. Houve uma desestruturação do mercado de trabalho durante a década de 90, com efeitos perversos. Esse era o quadro da situação do emprego no país na época. O mercado de trabalho tornava-se um problema de primeira ordem de importância para o país.

Nesse período, diferentemente da década de 80, quando o país conseguia um crescimento econômico (1993 a 1995), as ocupações geradas eram no setor informal, além da elasticidade ocupação/PIB estar baixa, conforme ressalta Dedecca (1998: 115).

Os dados sobre o desempenho econômico e do emprego formal, entre 1993-95, mostram que o dinamismo produtivo não teve efeitos mais positivos sobre os níveis de emprego. Apenas interrompeu a trajetória descendente estabelecida entre 1990 e 1992. A baixa elasticidade produto-emprego tem sido relacionada à reorganização e internacionalização da base produtiva em um contexto de maior abertura econômica. Os levantamentos conjunturais apontam que a baixa elasticidade vem se traduzindo em contratação da dimensão ocupacional e em desemprego ou inatividade. (Dedecca, 1998: 115).

Em relação à população economicamente ativa houve uma sensível modificação no período, com a participação dos jovens diminuindo bastante. A taxa de participação dos homens de 15 a 20 anos de idade, passou de 71,7% em 1992, para 60,9% em

1999, evidenciando a grande dificuldade dos mesmos em adentrar o mercado de trabalho. No entanto o crescimento da PEA continuava com a inserção das mulheres adultas, conforme processo acelerado desde a década de 80.

O resultado da década de 90 é a intensa desestruturação do mercado de trabalho com a sua precarização, deterioração, desproteção e desregulamentação.

O desemprego cresceu e o número de ocupações informais criadas foi alto. Nessa toada, os conta-própria aumentaram significativamente, sendo esta uma estratégia de sobrevivência, já que existia uma grande dificuldade em obter emprego no período.

O número de ocupações nas grandes empresas diminuía e nas pequenas e médias aumentava. Enquanto as grandes empresas apresentam salários mais altos e maiores taxas de formalização, as pequenas e médias empresas apresentam menores salários e menores taxas de formalização.

Em relação à renda média dos salários ela perdia poder de compra, agravando ainda mais a desigualdade social no Brasil.

Capítulo 2. Retomada da estruturação do mercado de trabalho brasileiro

2.1 Panorama do início dos anos 2000

A partir de 1999, o Brasil conseguiu modificar a tendência da forte elevação do desemprego e da profunda desestruturação do mercado de trabalho, conforme descrito no capítulo anterior. (Baltar, Moretto, Santos e Krein, 2006). Conforme gráfico 2.2, a taxa de desemprego já começa a diminuir lentamente.

O ano de 1999 é um marco dessa inflexão. O Brasil desvalorizou fortemente a moeda, sendo um dos motivos a enorme fuga de capitais que vinha acontecendo desde a crise da Ásia em 1997. Assim, postergou a desvalorização em função da eleição de 1998, que reelegeu Fernando Henrique Cardoso e de um empréstimo concedido pelo Fundo Monetário Internacional.

Essa desvalorização Real foi acompanhada de um aumento da inflação no Brasil que medida pelo deflator implícito do PIB chegou a 13,6% em 2003. Já neste último ano começou uma valorização do Real, pois o aumento da média anual do preço do dólar foi bem menor que a diferença de inflação entre os dois países. (Baltar, Krein e Leone, 2008)

A tabela abaixo ilustra esse movimento de desvalorização da moeda nacional de 1999 a 2003, quanto a taxa de câmbio passa de R\$ 1,81 para R\$ 3,08 e depois um movimento de grande valorização entre 2003 e 2007, com a taxa de câmbio chegando a R\$ 1,95. Note que os referidos valores em reais correspondem ao preço médio do dólar.

Tabela 2.1 Inflação e taxa de câmbio no Brasil, 1999 - 2007

Anos	Preço médio do dólar		Deflator Implícito		
	(em reais)	variação %	Brasil %	EUA %	Diferença %
1999	1,81	56,0	8,5	1,4	7,0
2000	1,83	1,1	6,2	2,2	3,9
2001	2,35	28,4	9,0	2,4	8,8
2002	2,92	24,3	10,6	1,7	8,8
2003	3,08	5,5	13,6	2,1	11,3
2004	2,92	-5,2	8,0	2,9	5,0
2005	2,43	-16,8	7,2	3,3	3,8
2006	2,18	-10,3	4,7	3,2	1,4
2007	1,95	-10,6	4,1	2,8	1,3

Fonte: Bacen
Apud: BALTAR, KREIN E LEONE, 2008: 4

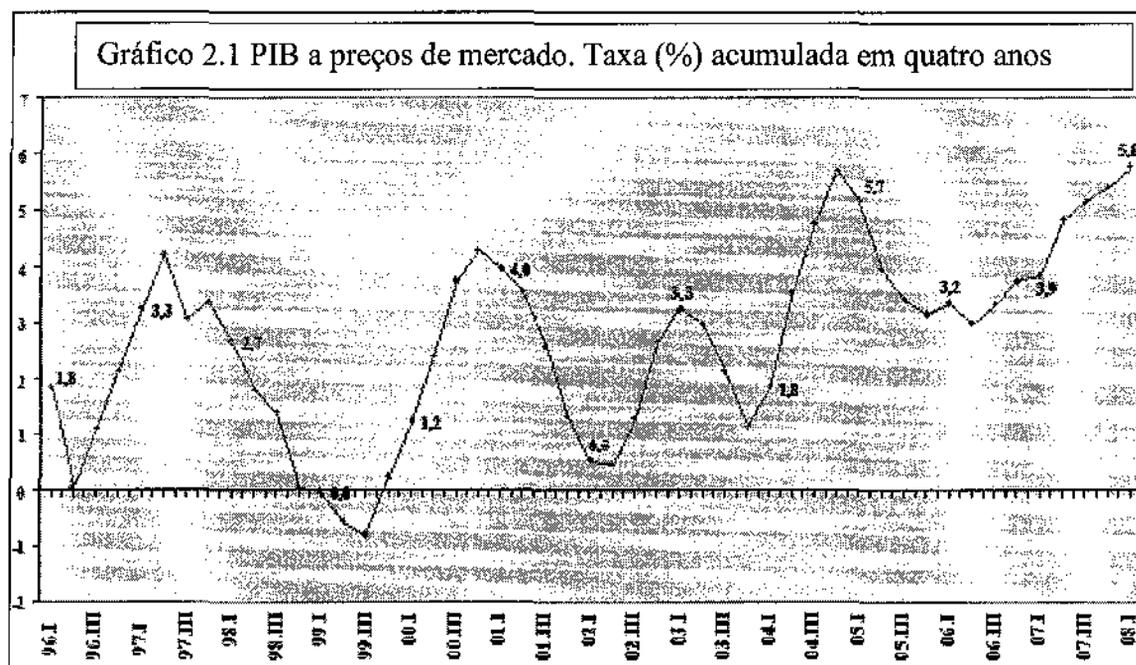
Esse movimento de valorização e desvalorização tem um reflexo direto na inflação do país. A desvalorização vem acompanhada de maior inflação em virtude da elevação dos custos da produção e ampliação das atividades econômicas, criando assim, possibilidades que favorecem o repasse dos custos para os preços. (Baltar, Krein e Leone, idem).

Esse impacto na inflação ilustrado na tabela acima mostra que o deflator implícito do PIB variou na média acima dos 9% entre os anos de 1999 e 2003, quando o país desvalorizava a moeda. Em contra partida no período subsequente, de 2004 a 2007 a média foi por volta dos 5%, quando o país valorizava a moeda.

Essa oscilação da moeda nacional e uma mudança positiva do cenário internacional contribuíram diretamente para um aquecimento da economia. O comércio internacional teve um desempenho excepcional, principalmente a partir de 2003. Além do preço das commodities terem aumentado consideravelmente. Esse movimento contribuiu diretamente para o crescimento brasileiro e para o superávit comercial.

O gráfico 1.1 abaixo ilustra o PIB a preço de mercados com a taxa acumulada dos últimos quatro trimestres, de 1996 a 2007. As maiores taxas acumuladas de

crescimento são de 5,7% e 5,2%, que estão entre os anos de 2003 a 2007, período em que o país usufruiu um bom desempenho econômico, se comparado com as décadas anteriores. Cabe ressaltar que o Brasil mantinha altas taxas de juros e segurava o crescimento com o intuito de conter a inflação.



Fonte: IBGE

Uma vantagem desse período, se comparado com as décadas de 80 e 90, foi que o país conseguiu um crescimento médio do PIB entre 1999 a 2007 acima de 3% ao ano, principalmente decorrente do bom desempenho da economia entre 2004 e 2007 com uma taxa média acima de 4,5% ao ano.

A situação internacional favoreceu bastante o país. O comércio internacional se expandiu rapidamente no período analisado (1999 a 2007). O preço das commodities aumentaram consideravelmente, favorecendo o Brasil que é um grande exportador de recursos naturais processados.

Nesse contexto, as exportações brasileiras tiveram altas variações anuais, sempre acima de 14%, com exceção dos anos de 1999, 2001 e 2003, conforme ilustrado na tabela 2.2 abaixo. Esse crescimento das exportações contribuiu

enormemente para um bom desempenho do crescimento econômico, já que aqueceu as atividades econômicas.

Em relação às importações podem-se verificar dois momentos distintos. O primeiro com uma diminuição nos anos de 1999, 2001 e 2002, devido ao mau desempenho econômico e devido à desvalorização da moeda, tornando o produto importado mais caro internamente.

No segundo momento houve um grande aumento da variação das importações, sendo superior a variação das exportações para os anos de 2006 e 2007. Nota-se que nesses anos o real estava bastante valorizado e a economia estava aquecida com crescimento de 4% e 5,4% respectivamente.

“A retomada da economia mundial em 2003 provocou forte crescimento das exportações brasileiras, mas as importações também aumentaram vigorosamente, principalmente quando a exportação cedeu lugar às vendas de bens duráveis de consumo no mercado doméstico, como determinante principal do crescimento do PIB brasileiro”. (Baltar, 2007: 17).

Tabela 2.2 Indicadores de Atividade Econômica Brasil: 1999-2007

Ano	(var. anual)	Deflator	(var. anual)	(var. anual)	Preço médio do Dólar	(var. anual)	(var. anual)
	PIB	Implícito	Exportação	Importação	(em R\$)	Consumo	Investimento
1999	0,3	8,5	-6,1	-14,7	1,81	0,6	-12,2
2000	4,3	6,2	14,7	13,4	1,83	3,0	10,3
2001	1,3	9,0	5,7	-0,4	2,35	1,1	-2,6
2002	2,7	10,6	3,7	-15,0	2,92	2,7	-11,1
2003	1,1	13,6	21,1	2,2	3,08	0,4	-1,6
2004	5,7	8,0	32,0	30,1	2,92	3,9	11,8
2005	3,2	7,2	22,6	17,1	2,43	3,9	-2,4
2006	4,0	4,7	16,2	24,2	2,18	4,5	11,1
2007	5,4	4,1	16,6	32,0	1,95	5,7	13,7

Fonte: IBGE, Contas Nacionais; Banco Central
Apud: BALTAR; SANTOS; GARRIDO; PRONI, 2009: 2

Esse crescimento das exportações tem um impacto direto no aquecimento da economia e no saldo do Balanço de Pagamentos brasileiros.

A Tabela 2.3 abaixo ilustra o saldo das contas do Balanço de Pagamentos brasileiro no período de 1999 a 2007. Inicialmente, cabe destacar que “o país tem

tradicionalmente um déficit considerável na conta de serviços e renda, provocado por frete, seguro, turismo, juros, remessas de lucro e dividendos que precisa ser coberto por superávit de comércio de bens para o país não depender de investimento direto estrangeiro e aplicações no mercado financeiro doméstico” (Baltar, 2007: 11).

Nos dois primeiros anos o saldo comercial é negativo, bem como o resultado final do balanço. Ou seja, os investimentos diretos não foram suficientes para cobrirem o déficit em conta corrente e dos empréstimos e financiamentos. Já em 2001, a situação se modifica. O saldo comercial se torna positivo e o resultado final também. De 2001 a 2006 o Brasil consegue continuamente aumentar o superávit comercial devido ao grande aumento das exportações.

Em 2007, o país consegue, através de aplicações em carteira, um resultado extremamente positivo, beneficiando o caixa nacional e tomando-o um credor no mundo.

Desde 2001 o país vinha obtendo um aumento das reservas internacionais, chegando até, em 2004 e 2005, a amortizar empréstimos sem a contratação de novos.

Tabela 2.3 Balanço de Pagamentos Brasil: 1999-2007 (em US\$ bilhões)

	Saldo Comércio	Saldo Serviço	Saldo Renda	Saldo Conta corrente	Investimento Direto	Aplicações em carteira	Empréstimos e financiamentos	Resultado do Balanço
1999	-1,199	-6,977	-18,848	-25,335	26,888	3,802	-13,620	-7,822
2000	-698	-7,162	-17,886	-24,225	30,498	6,955	-18,202	-2,262
2001	2,650	-7,759	-19,743	-23,215	24,715	77	2,767	3,307
2002	13,121	-4,957	-18,191	-7,637	14,108	-5,119	-1,062	302
2003	24,794	-4,931	-18,552	4,177	9,894	5,308	-10,438	8,496
2004	33,641	-4,678	-20,520	11,679	8,339	-4,750	-10,806	2,244
2005	44,703	-8,309	-25,967	13,985	12,550	4,885	-27,521	4,319
2006	46,457	-9,640	-27,480	13,643	-9,380	9,081	15,688	30,569
2007	40,027	-13,053	-29,291	1,712	27,518	48,380	12,970	87,484

Fonte: Banco Central
Apud: BALTAR; SANTOS; GARRIDO; PRONI, 2009: 3

Após essa análise do contexto internacional, do posicionamento brasileiro com o crescimento do PIB, desvalorização e depois valorização da moeda, controle inflacionário e os bons resultados do balanço de pagamentos brasileiro, cabe destacar o cenário interno.

Uma característica do cenário interno nesse período foi o grande crescimento do crédito. Esse aumento ocorreu mesmo com altas taxas de juros e foi importante para o aumento do consumo interno, chegando até a desviar exportações de bens duráveis para o mercado interno. Nesse sentido, deve-se ressaltar o controle inflacionário com as metas de inflação e a estabilidade econômica.

Para ilustrar o tamanho aumento do crédito no período analisado, pode-se destacar dois momentos distintos. O primeiro é entre 1995 e o início de 2004, onde a expansão foi tímida, passando de R\$ 192 bilhões para R\$ 417 bilhões.

O segundo período que se pode destacar é o mais recente, de 2004 até 2007, quando houve uma expansão contínua nas operações de crédito, passando de R\$ 417 bilhões em 2004 para R\$ 935 bilhões em 2007. Esse crescimento foi da ordem de 124% em apenas 4 anos.

Esse contexto interno e externo resultou em mudanças no mercado de trabalho brasileiro, cabendo destaque ao aumento da formalização.

No entanto, primeiramente, para auxiliar e complementar o estudo da evolução do mercado de trabalho será feita uma breve análise dos seguintes temas: crescimento vegetativo, crescimento da PIA, PEA e taxas de desemprego. Com esses dados, a análise sobre as transformações do mercado formal do Brasil terá um embasamento mais aprofundado e adequado.

As taxas de desemprego estão intimamente ligadas à quantidade de pessoas que não exercem atividades produtivas, mas que estão procurando uma oportunidade de trabalho. No entanto é preciso identificar o movimento da população inativa e ativa durante períodos de retração e expansão do mercado de trabalho.

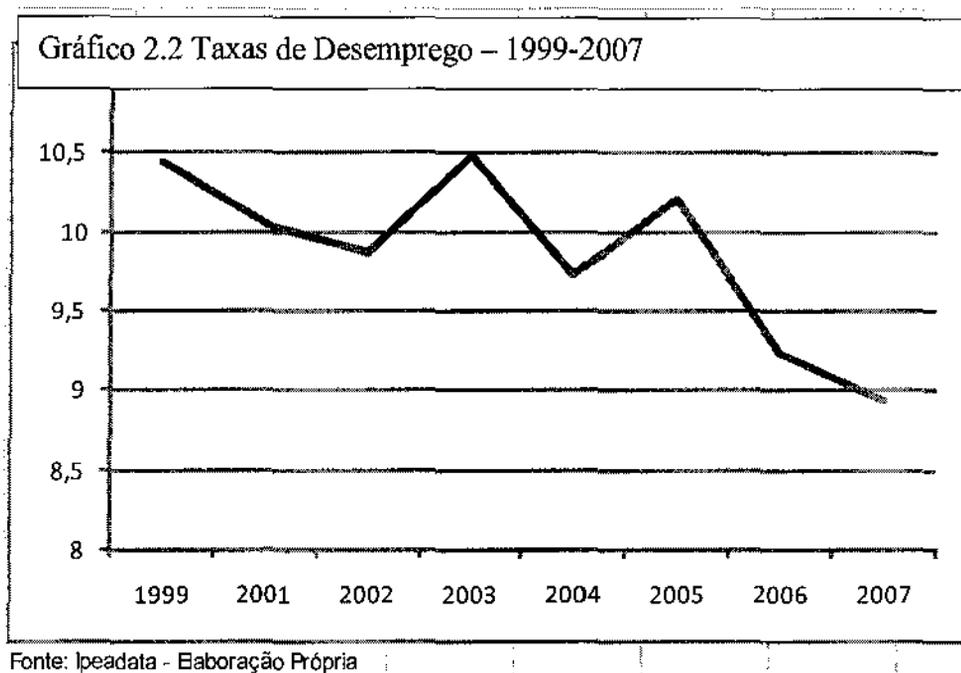
Quanto mais acentuado é o crescimento econômico, maior é o número de pessoas que serão atraídas para o mercado de trabalho, já que vislumbram maiores chances de obterem um emprego. Assim o número absoluto de pessoas que estão procurando emprego aumentará, ou seja, diminuirá a população inativa e aumentará a população ativa. Um dos resultados pode ser uma ligeira queda da taxa de desemprego, mesmo aumentando significativamente o número de postos de trabalho.

Esse fenômeno ocorreu no país como destaca Baltar, Moretto, Santos e Krein (2006: 36).

O maior ritmo de expansão da ocupação foi acompanhada de uma elevação da taxa de participação de 57,4% (em 1999) para 59,2% (em 2004). Ou seja, à medida que a ocupação se expandia, também aumentava a proporção de pessoas em idade ativa buscando uma ocupação no mercado de trabalho, com o que a taxa de desemprego apresentava um ritmo de queda mais reduzido.

O caminho inverso também é aplicável. Quando a situação econômica está desfavorável com um aumento das demissões, uma parcela dos cidadãos pára de procurar emprego, diminuindo a população ativa. Ou seja, a taxa de desemprego irá aumentar devido às demissões, mas será atenuada em função da população que desistiu de procurar emprego e não são mais considerados desempregados.

No gráfico abaixo, observa-se dois momentos. O primeiro é entre 1999 e 2002, quando a taxa de desemprego diminui ligeiramente de 10,5% para menos que 10%. O segundo momento é entre 2005 e 2007 com uma queda um pouco mais acentuada, passando de mais do que 10% para menos de 9%. A princípio, não parece tão significativa, mas deve-se atentar que a População Economicamente Ativa no período subiu bastante, ou seja, uma parte da população inativa começou a procurar emprego.



Desde 1999 o Brasil inverteu a tendência do aumento do desemprego e da diminuição do emprego formal. A informalidade e os trabalhos sem remuneração também perderam participação no total.

No entanto, para melhor compreender o mercado de trabalho brasileiro e as suas mudanças, estruturou-se quatro tabelas que têm o intuito de sedimentar o texto, bem como corroborar a argumentação do mesmo, onde o emprego formal e a taxa de participação no emprego aumentaram.²

Tabela 2.4 Variação na população acima de 10 anos de idade nas seis regiões metropolitanas do IBGE de 2002 a 2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ano base 2002	100	101.79	103.58	105.45	107.11	108.96
Varição Anual		1.79%	1.77%	1.81%	1.57%	1.73%

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.

² Essas quatro tabelas foram coletadas do sítio do IBGE da Pesquisa Mensal de Emprego. Os números refletem a variação da somatória das regiões metropolitanas pesquisadas, sendo: São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Tabela 2.5 Variação na PEA acima de 10 anos de idade nas seis regiões metropolitanas do IBGE de 2002 a 2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ano base 2002	100	104.98	106.95	107.79	110.01	111.97
Variação Anual		4.98%	1.88%	0.78%	2.06%	1.79%

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 2.6 Variação dos ocupados acima de 10 anos de idade nas seis regiões metropolitanas do IBGE de 2002 a 2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ano base 2002	100	104.16	107.15	109.98	112.07	114.93
Variação Anual		4.16%	2.87%	2.63%	1.90%	2.55%

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 2.7 Variação dos ocupados acima de 10 anos de idade em relação a PIA nas seis regiões metropolitanas do IBGE de 2002 a 2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ano base 2002	100	102.35	103.46	104.31	104.67	105.52
Variação Anual		2.35%	1.08%	0.82%	0.34%	0.81%

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.

O Brasil conseguiu equilibrar a sua taxa de crescimento populacional no período de 2003 a 2007. Esse crescimento está estável, com taxas de aproximadamente 1,75% ao ano, conforme tabela 1.1. Houve um crescimento maior no ano de 2005, seguida por uma queda em 2006, voltando aos mesmos patamares em 2007.

A pirâmide etária brasileira está se aproximando do formato dos países desenvolvidos, com uma base menor, em decorrência do menor crescimento vegetativo e um topo maior, devido o aumento da população idosa, reflexo do aumento da expectativa de vida.

A maior variação da População economicamente ativa (PEA) acima dos 10 anos de idade ocorreu no ano de 2003, com um crescimento de quase 5%. Outra informação importante é que, com exceção do ano de 2005, a variação da PEA sempre foi maior que o crescimento da população, conforme a tabela 1.1. Ou seja, o país passou por um período onde uma parte da população inativa migrou para os economicamente ativos. Esse fenômeno ocorreu devido à atração da população para o mercado de trabalho, reflexo das boas condições do período.

O contínuo aumento do número de ocupações no país está ilustrado na tabela 1.3. Em todos os anos analisados a variação da população ocupada foi maior que a variação do aumento da população, conforme a tabela 1.1.

Em relação à variação da PEA, conforme tabela 1.2, o crescimento das ocupações (14,93%) foi superior (11,97%) entre 2002 e 2007, comprovando a diminuição da taxa de desemprego, mesmo com um significativo crescimento da PEA.

Esse aumento da população ocupada em relação a PIA (população em idade ativa) ocorreu devido ao aumento do número de empregos. Ou seja, uma parcela da população que estava em idade ativa, mas não ocupada, passou a ser ocupada, aumentando a referida proporção. Esse dado ilustra a situação positiva que o país usufruiu, já que gerou um número maior de empregos do que o aumento da população em idade ativa.

A importância da criação de ocupações formais para um país é fundamental. Essa é uma política que tem impacto direto na melhoria do bem estar da sociedade. Ela consegue diminuir o desemprego, aumentar a arrecadação de impostos do país, aumentar a contribuição da previdência social e garantir todos os direitos mínimos que um trabalhador deve usufruir.

Como exemplificado nas tabelas, a situação do mercado de trabalho melhorou significativamente. Houve um aumento da elasticidade produto do emprego. Ou seja, um incremento do produto estava refletindo um maior aumento na geração de emprego. Entre 1999 e 2006, o emprego formal cresceu a uma taxa de 5,5% ao ano e a economia nacional cresceu 3,2% ano. A participação do emprego formal aumentou de 35,8% para 40,3% do total das ocupações no país. E, no mesmo período, 63,2% do total das ocupações geradas, foram de empregos formais. (SIQUEIRA, 2007).

Esse crescimento do emprego ocorreu principalmente nas ocupações não-agrícolas. "O desempenho da agricultura foi suficiente para interromper a queda da ocupação agrícola no período de 2002-04 e, simultaneamente, a ocupação não-agrícola cresceu expressivamente, em ritmo análogo ao do produto do setor industrial". (Baltar, Moretto, Santos e Krein, 2006).

As grandes empresas voltaram a contratar. O cenário positivo internacional, com o aumento das exportações e o aquecimento do mercado interno, influenciaram as grandes empresas que em sua maioria empregam mão-de-obra segunda as regulações da CLT.

No entanto o grande aumento da formalização não aconteceu pelo aumento do número de empregos nas empresas que já declaram a RAIS. O aumento do emprego formal aconteceu principalmente pelo aumento do número de estabelecimentos que passaram a declarar a RAIS, seja por seu um estabelecimento novo, seja por formalizar os seus empregados, conforme destaca Baltar:

O crescimento do emprego formal desproporcional ao crescimento do PIB, então, está relacionado com a formalização das empresas e dos contratos de trabalhos. O intenso crescimento do emprego registrado pela RAIS deve-se muito mais à variação do número de estabelecimentos que declaram a RAIS do que à variação do emprego em estabelecimentos que já estavam e se mantiveram na RAIS. Alguns desses estabelecimentos são partes da ampliação da capacidade produtiva de empresas já presentes na RAIS, mas parte considerável é formada de empresas que se formalizaram ou nasceram formalizadas e declarando a RAIS. A variação do emprego nos estabelecimentos que já estavam e se mantiveram na RAIS foi relativamente pequeno para o crescimento do PIB em 2004 e 2005, de modo que foi à entrada de novos estabelecimentos na RAIS que respondeu pelo crescimento do emprego muito maior do que o do PIB. (Baltar, 2007:10).

A situação do mercado de trabalho melhorou consideravelmente nesse período. Entre 2005 e 2006, o emprego cresceu bastante, bem como o à massa total de rendimentos dos trabalhadores. Já no ano de 2007, o PIB continuava a crescer em um ritmo acelerado, porém com uma desaceleração do ritmo de criação de ocupações. Nesse contexto, houve um aumento do numero de trabalhadores formais, chegando até a diminuir as ocupações sem carteira assinada no ano de 2007.

No entanto, deve-se ressaltar que o emprego formalizado continua com uma elevada incidência de alta rotatividade dos postos de trabalho e possuem baixa remuneração. Para exemplificar essa alta taxa de rotatividade do mercado de trabalho brasileira, destaca-se a passagem abaixo:

Assim, da totalidade da PEA de 2006, o emprego formal com uma permanência de mais de dois anos no serviço não ultrapassou 19,6%. Do restante da PEA, 8,4% eram desempregados, 33,3% trabalhadores por conta-própria no sentido amplo (autônomo, empregados não remunerados, autoconstrução e autoconsumo agrícola), 21,3% empregados sem carteira e

17,4% empregados formalizados com menos de dois anos de permanência no serviço. (Baltar, Krein, Leone, 2008: 15).

Outro problema do mercado de trabalho nacional são as baixas remunerações. No entanto, no bom momento que o país passou, não foi diferente com a remuneração dos trabalhadores.

O governo incrementou significativamente o salário mínimo e juntamente com as políticas de transferência de renda proporcionava uma maior renda para as classes mais baixas, que são gastas por completo, devido a menor propensão a poupar das classes mais baixas.

No entanto, mesmo com essa melhora o Brasil ainda continua um dos países com as piores distribuições de renda.

... em 2007, o emprego formal respondia por apenas 47% do número de pessoas ocupadas com rendimento e por 53,5% da massa total de rendimentos do trabalho. Os empregos sem carteira eram de 25,4% das pessoas ocupadas e respondiam por 13,5% da renda do trabalho enquanto os não assalariados 27,6% dos ocupados e respondiam por 33% da massa de renda do trabalho. (Baltar, Santos, Garrido, Proni, 2009).

Nesse período, o país conseguiu melhoras significativas com o crescimento sustentável do produto interno, um aumento das reservas internacionais, aumento do crédito e aumento dos empregos formais.

2.2 Razões da formalização do mercado de trabalho

Os números apresentados no capítulo mostram que houve uma efetiva formalização do mercado de trabalho brasileiro durante o período de 1999 a 2007.

No entanto, só o crescimento econômico não explica a intensidade do processo de geração de emprego formal no país. Para ilustrar, no período de 2004 a 2007 houve um crescimento médio da economia por ano de 4,2%, em compensação o emprego formal cresceu em médio por ano 5,9%. Para explicar esse ciclo virtuoso é preciso acrescentar algumas peculiaridades do período. Dessa forma, cabe destacar as razões dessa formalização.

A primeira razão já foi explicitada que é o crescimento da economia. No entanto, na década de 90, onde houve período de crescimento só que sem um impacto no emprego formal. Assim, existem outras razões que corroborem esse crescimento da formalização do mercado de trabalho brasileiro.

Como dito no início do capítulo a desvalorização da moeda nacional ocasionou uma tendência ao aumento da inflação. Outra consequência dessa desvalorização foi o aumento da dívida pública que estava indexada ao dólar, conforme ressalta Baltar:

A dívida pública, entretanto, explodiu com a desvalorização do real, pois uma parte considerável estava indexada ao dólar. A administração da enorme dívida pública, com o alto nível das taxas de juros e o pouco crescimento do PIB, foi viabilizada por considerável superávit fiscal primário que permitiu pagar uma parte substancial dos juros, sem ampliar a dívida pública colocada no mercado financeiro, num momento em que este mercado dificilmente absorveria o montante necessário de títulos da dívida pública. (Baltar, 2007: 6).

Assim a política macroeconômica brasileira privilegiou evitar um aumento da dívida pública. Além de controlar a inflação, preservou a liberdade de ação do mercado financeiro, desvalorizou a moeda, e reprimiu a ampliação do dinheiro nacional, conforme comentado no início do capítulo.

Nesse contexto, o governo se viu obrigado a gerar expressivos superávits fiscais para pagar a dívida pública. Dessa forma, uma ação foi aumentar a arrecadação (Tributos/PIB). Essa necessidade de aumentar a arrecadação gerou um ambiente mais propício para impor a formalização do mercado de trabalho. Essa tendência invertia a situação construída durante a década de 90 e ao mesmo tempo não alterava a orientação conservadora adotada pelas políticas macroeconômicas. (Baltar, 2007).

Dessa forma será descrito alguns fatores que contribuíram para o recente aumento da formalização do mercado de trabalho.

A Justiça do Trabalho apresenta diferentes enfoques ao longo do tempo. Por exemplo, na década de 1980 não prevaleceu a tendência de flexibilização dos direitos do trabalho. O movimento mais geral dessa década foi de fortalecer a instituição, ampliar a regulação pública do trabalho e sua função de vigilância dos direitos

assegurados. (Nobre Júnior, Krein e Biavaschi, 2008).

Já na década de 90, houve uma flexibilização do enfoque. Por exemplo, quando a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) revisou o Enunciado 256, que coibia a terceirização, salvo exceção nela expressa. Essa mudança ocorreu em 1993 com a legitimação da terceirização, mas também definiu pela mesma a responsabilidade do contratante terceirizado.

Nos anos 2000 acontece uma nova guinada na Justiça do Trabalho, regulamentando a terceirização, conforme descrito abaixo:

Não tem sido incomum a ocorrência de casos de 'desterceirização' em função do revês na Justiça do Trabalho. Assim, a pequena elevação da formalidade que os dados atuais demonstram pode, entre outros fatores, ser também explicada pelo papel do Estado, tanto em termos de regulação, como no ato de dizer o direito e de fiscalizar seu cumprimento. (Nobre Júnior, Krein e Biavaschi, 2008: 7).

Para além da responsabilização da tomadora, a Justiça do Trabalho tem cumprido papel relevante no processo de formalização ao reconhecer a condição de empregados a trabalhadores "informais", "estagiários", "cooperativados", "pessoas jurídicas", "autônomas proletariados", afastando a validade dessas contratações por simuladas e em fraude a direitos. (Nobre Júnior, Krein e Biavaschi, 2008: 7).

Outro exemplo do reflexo desse comportamento para aumentar a formalidade são os certificados de garantia de segurança ao tomador de serviço emitidos pela Associação Brasileira das Empresas de Serviços Terceirizáveis e Trabalho Temporário, que acompanha as terceirizadas mediante o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal. Esse instrumento aumentou o controle da tomadora de serviço, aumentando, dessa forma, o índice de formalização dos contratos de trabalho, nas empresas prestadoras de serviços.

O Brasil conta com um sistema público de inspeção e vigilância dos direitos de proteção ao trabalho. A Justiça do Trabalho e dos sindicatos, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho exercem poder fiscalizador através do manejo das ações civis públicas para defesa de interesses coletivos.

A Inspeção do Trabalho tem como objetivo zelar pelo cumprimento das

disposições legais relativas às condições do trabalho e à proteção dos trabalhadores. Os Auditores Fiscais do Trabalho são os responsáveis por essa inspeção que visam verificar os registros nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS. Assim, eles contribuem, também, para a diminuição da informalidade e principalmente aumentando a máquina arrecadatória. (Nobre Júnior, Krein, Biavaschi, 2008).

Essa estrutura de fiscalização, historicamente insuficiente, a partir de 1999 passou por uma tímida reestruturação com o intuito de aumentar a arrecadação do estado em função de depósitos no Fundo de Garantia pela elevação da formalização. Assim, houve novos concursos e foi estabelecida a carreira para o auditor, unificada à da Previdência e Receita.

Outra medida importante foi a introdução do sistema de gratificação vinculado ao resultado chamado de GIFA (Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação). Assim, houve um grande aumento da produtividade dos fiscais, aumentando os empregados fiscalizados depois de 2003. “Segundo dados disponíveis no site do MTE, o número de trabalhadores formalizados por ação fiscal praticamente triplicou entre 1996 e 2007 (foi de 268.558 para 746.245)”. (Nobre Júnior, Krein e Biavaschi, 2008: 11).

O número de auditores continua insuficiente fazendo com que a maior parte do trabalho seja no atendimento de denúncias. No entanto as mudanças na carreira tiveram resultados efetivos no aumento dos trabalhadores fiscalizados com um número praticamente igual de auditores fiscais.

A tabela abaixo ilustra o aumento da produtividade dos auditores fiscais, já que com quase o mesmo número de fiscais, aumentaram bastante os empregados registrados sob ação fiscal.

Tabela 2.8 Quadro comparativo de fiscalização do trabalho de 1999 a 2007

Ano	Número de fiscais	Empresas fiscalizadas	Empregados alcançados	Empregados registrados sob ação fiscal	Empresas autuadas	Autos de infração lavrados	TREF* (%)
1999	2.470	347.380	17.842.511	249.795	61.444	101.216	74%
2000	2.420	353.617	19.116.793	525.253	58.213	95.828	81%
2001	2.406	296.741	17.707.443	516.548	56.036	93.552	81%
2002	2.371	304.254	19.934.822	555.454	53.622	92.988	81%
2003	2.194	285.241	22.257.503	534.125	58.589	103.308	81%
2004	2.272	302.905	24.453.179	708.957	56.086	100.413	81%
2005	n/d	375.097	27.650.699	746.272	59.756	107.064	89%
2006	n/d	357.319	30.681.772	670.035	61.809	115.085	86%

* TREF: Taxa de Regularização em Estabelecimentos Fiscalizados - Relação percentual entre o Número de itens da legislação trabalhista irregulares regularizados na ação fiscal / Número de itens da legislação trabalhista encontrados em situação irregular.

Fonte: CAGED.

Apud: SIQUEIRA, 2007

Esses fiscais têm o intuito principal de regularizar a situação do empregado e não de autuar a empresa, tanto que somente 2,6% das formalizações por ação fiscal são multadas. Esse foco pode gerar um incentivo a empresa a manter a informalidade dos seus trabalhadores e pagar a multa e/ou apenas formalizar os seus empregados quando forem fiscalizadas. Além da multa por trabalhador não regulamentado ser baixa, de R\$ 402,53.

No entanto é indiscutível o aumento da produtividade dos auditores fiscais e a sua contribuição no aumento da formalização no país.

Outra ação do Estado que contribuiu para aumentar a formalização foi a redefinição do papel do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Essa instituição aparece como ator fundamental na defesa dos interesses sociais, tendo como finalidade defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Não subordinado a qualquer outro poder ou instituição da República, é um "extra-poder" com incumbência de fiscalizar o cumprimento das leis. (Nobre Júnior, Krein e Biavaschi, 2008:18).

Os seus membros, os procuradores, têm liberdade de ação, seja para investigar, seja para apurar as denúncias de qualquer questão no âmbito da legislação social que afete um coletivo de trabalhadores ou a sociedade. Temas como a erradicação do

trabalho infantil, combate ao trabalho forçado, discriminação, garantias dos direitos fundamentais do trabalho, inserção de deficientes e observância das normas de segurança e medicina do trabalho. Ou seja, os procuradores possuem um grande leque de ação com bastante autonomia.

Cabe destacar um exemplo de ação bem sucedida:

Por exemplo, a Procuradoria da 15ª Região teve um papel de destaque, junto com os sindicatos de assalariados rurais, pesquisadores e membros do judiciário trabalhista, no combate às cooperativas fraudulentas, as "coopergatos", e no avanço da formalização do emprego no segmento da cana e da laranja, no interior do estado de São Paulo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, nos anos 1990, por meio de sua Procuradoria Regional, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública buscando impedir as terceirizações que estavam sendo introduzidas pela empresa Riocell/SA (hoje Aracruz), com êxito nos primeiro e segundo graus de jurisdição. (Nobre Júnior, Krein e Biavaschi, 2008: 18).

O crescimento do emprego formal também foi beneficiado pela simplificação e desoneração de impostos e contribuições da micro e pequena empresa (SIMPLES) existente desde 1996 e do Super Simples em 2006, conforme destaca Baltar (2007: 8 e 9).

A eficácia desse estímulo à formalização da empresa com pequeno faturamento passa por outras vantagens dessa formalização como um maior atendimento da demanda de crédito e pela vigência de uma maior fiscalização, além da própria oportunidade de realizar pequenos negócios que depende do ritmo da atividade da economia.

Outro fato importante que aumenta diretamente e indiretamente a formalização do emprego formal foi os gastos sociais do governo. Gastos com a expansão de trabalhadores, por exemplo, na saúde e educação, aumentam diretamente o número de empregos formais. Além de gerarem demanda indiretamente na sociedade.

O aumento do salário mínimo também foi de grande importância que juntamente com o crédito as classes "c" e "d" aumentaram bastante o seu consumo, gerando um ciclo positivo na economia. No geral, a renda média do trabalho cresceu bastante no país, principalmente de 2004 a 2006.

Por fim, deve-se destacar uma pressão da sociedade com relação à procura de empregos formais.

Essa pressão para empregos registrados em carteira é resultado da maior preocupação da sociedade em relação a instabilidade do mercado de trabalho como também da conscientização que está diretamente associado ao aumento da informação.

O emprego registrado em carteira trás segurança ao trabalhador devido aos benefícios de seguridade social como seguro-desemprego, FGTS, licença maternidade, multa de 40% da rescisão sem justa causa, afastamento remunerado, aposentadoria, pensão, férias remuneradas, etc.

O acesso ao crédito também influencia o cidadão a pressionar por empregos formais. A facilidade na atualidade para financiar um imóvel, um automóvel etc acontece se o empregado conseguir provar renda.

A atuação dos sindicatos também contribuiu para aumentar o poder de barganha das classes trabalhadores que passam a exigir melhores salários e acesso aos direitos trabalhistas.

Esse período de 1999 a 2007 foi marcado por transformações no mercado de trabalho, revertendo à tendência de desestruturação do mesmo.

No entanto, a situação do país ainda é precária permanecendo características estruturais como excedente de força de trabalho, informalidade, alta rotatividade, baixos salários e desigual distribuição de renda gerada da sociedade. (Nobre Júnior, Krein e Biavaschi, 2008).

Assim, a repetição por 10 anos do desempenho do mercado de trabalho de 2004-2006 não impediria que em 2016, cerca de 30% da PEA ainda estivesse fora do mercado de trabalho e que entre os abarcados pelo mercado de trabalho ainda seria muito elevado o desemprego, justificando inteiramente a preocupação do poder público em definir políticas de apoio aos trabalhadores que ficam fora do mercado de trabalho e também as que ajudam os trabalhadores incluídos neste mercado, a conviver com o elevado desemprego. (Baltar, 2007: 19).

Apesar dessa consideração o Brasil evoluiu e conseguiu melhorar a estrutura ainda frágil do mercado de trabalho nacional, seja com a criação de empregos formais, seja com a maior apropriação da renda pelos empregados.

Capítulo 3. Perfil dos trabalhadores com carteira assinada inseridos no mercado de trabalho

3.1 Introdução

O Brasil retornou o processo de estruturação do mercado de trabalho, onde conseguiu conciliar geração de emprego formal, aumento do produto interno bruto e diminuição da desigualdade. A geração de emprego está intimamente ligada com essa recuperação econômica, além dos outros fatores ilustrados no capítulo anterior.

Desta forma, este capítulo, central no texto, irá a partir de uma série de dados coletados da Pnad, traçar o perfil dos trabalhadores com carteira assinada inseridos no mercado de trabalho durante o período de 2002 a 2007. Assim, será possível, entender melhor as mudanças recentes na estrutura do mercado de trabalho e verificar a qualidade dessas ocupações geradas.

A crise econômica do ano de 2008 deve interromper a trajetória anterior. No entanto o real tamanho do impacto da crise no mercado de trabalho só será sabido após as análises dos dados.

As próximas oito tabelas, com exceção da tabela 3.4, deste capítulo ilustram o movimento no mercado de trabalho com carteira assinada nos anos de 2002 a 2007. Os trabalhadores considerados foram os empregados com carteira de trabalho assinada e domésticos com carteira assinada.

3.2 Salário Mínimo e Renda

A tabela 3.1 ilustra a evolução dos empregados com carteira assinada. O resultado está claro: as faixas dos que ganham um salário mínimo e os que ganham de um a dois salários mínimos tiveram um aumento bastante significativo, de mais de 50% em cada uma.

A faixa de 1 a 2 salários mínimos é a que possui o maior número de trabalhadores no Brasil. Assim, com um aumento de 52,8% ela foi a que mais empregou

com carteira assinada no país com um aumento de mais de 5 milhões de empregos entre 2002 e 2007. Já a faixa de 1 salário mínimo teve um aumento de quase 2 milhões.

As próximas faixas de salário apresentam um crescimento modesto. A faixa de 2 a 3 salários mínimos teve uma variação no período de 9,5% correspondendo a mais de 0,5 milhão de ocupações com carteira assinada. A faixa de 3 a 5 salários mínimos apresentou uma variação de 4,3% correspondendo a menos de 200.000 ocupações. Por fim, houve uma diminuição do número de ocupações com carteira assinada daqueles que auferem mais de 5 salários mínimos, chegando a mais de 400.000 ocupações.

Em relação a primeira faixa observa-se uma queda significativa de 27% daqueles que auferem menos de 1 salário mínimo. Ou seja, diminuiu o número absoluto de ocupados com carteira assinada que ganham menos que 1 salário mínimo. Essa diminuição mostra que o país, mesmo com uma forte política de aumento do salário mínimo, não gerou impactos na informalidade.

Tabela 3.1 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por faixas de salários mínimos em relação a 2002. (2002 = 100%)

	Menos de 1 SM	1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 SM
2002	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2003	117,98	119,01	104,22	104,84	104,30	88,28
2004	82,90	120,80	118,78	94,71	118,89	91,68
2005	67,75	157,12	131,83	97,63	100,30	83,99
2006	83,46	175,43	144,02	95,63	90,03	88,68
2007	72,96	159,27	152,81	109,46	104,32	90,80
Variação acumulada	-27,0	59,3	52,8	9,5	4,3	-9,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, Pnad. Elaboração própria.

A tabela 3.1 tem uma relação estreita com a tabela 3.2 abaixo que por sua vez, têm uma relação com a diminuição da desigualdade no país. Um dos motivos é que ela

vem sendo provocada pelo forte aumento da renda das classes mais baixas. O efeito é uma queda da desigualdade social no país através de um intenso aumento da renda dessas classes.

Dessa forma, a tabela 3.2 ilustra a porcentagem de quanto variou o rendimento do trabalho principal dos trabalhadores com carteira assinada inseridos no mercado de trabalho.

Os dados mais marcantes são a enorme variação das faixas de 1 salário mínimo e a seguinte, de 1 a 2 salários mínimos, variando 203% e 165% respectivamente. Sendo, estas, as duas faixas com o maior aumento do número de trabalhadores com carteira inseridos no mercado de trabalho (vide tabela 3.1).

Essas duas faixas de rendimentos, com exceção dos que auferem menos de 1 salário mínimo são aquelas com os maiores índices de informalidade. No entanto, o país está conseguindo aumentar de uma maneira extremamente rápida as vagas de empregos formais para essas faixas. À luz do que foi comentada ao longo do texto, a política de aumento salário mínimo tem um impacto direto na tabela abaixo, com as enormes variações descritas.

A segunda informação pertinente é que mesmo com uma queda do número absoluto das ocupações na faixa dos que ganham acima de 5 salários mínimos, ela teve um incremento bastante considerável em seu rendimento, quase 50%. Cabe destacar que esse aumento de quase 50% correspondeu a mais de R\$ 5 bilhões. Em contrapartida o maior aumento em ocupados ocorreu na faixa de 1 a 2 salários mínimos e correspondeu a um aumento de 165% na renda, sendo da ordem de R\$ 5,7 bilhões. Ou seja, mesmo com uma diminuição do número de ocupados com carteira assinada daqueles que auferem mais de 5 salários mínimos houve um grande incremento de sua renda.

Outra informação pertinente entre as duas tabelas é que mesmo com um decréscimo do número absoluto de trabalhadores na primeira faixa (menos de 1 salário mínimo) houve um aumento de sua renda da ordem de 29%.

A grande massa de trabalhadores inseridos no mercado, como visto na primeira tabela, são daqueles que ganham 1 salário mínimo e de 1 a 2 salários mínimos. Foram

nessas faixas que se concentraram o crescimento dos empregos com carteira assinada.

O país conseguiu aumentar efetivamente a renda da população mais baixa. Primeiramente com o aumento do salário mínimo, segundo com as políticas de transferência de renda e o mais importante com a geração de emprego com carteira assinada focalizada em sua maioria para aqueles com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos.

Tabela 3.2 Evolução (em %) do rendimento mensal do trabalho principal dos empregados com carteira assinada por faixas de salários mínimos em relação a 2002. (2002 = 100%)

	Menos de 1 SM	1 SM	Acima de 1 até 2 SM	Acima de 2 até 3 SM	Acima de 3 até 5 SM	Acima de 5 SM
2002	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2003	136,80	142,81	119,87	119,69	122,41	101,69
2004	104,31	157,04	149,40	117,00	145,15	111,60
2005	92,08	235,67	193,80	144,38	147,52	118,49
2006	129,62	307,01	238,42	162,21	150,00	135,84
2007	128,90	302,60	265,26	193,96	183,48	149,37
Varição acumulada	29	203	165	94	83	49

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, Phad. Elaboração própria.

A proporção dos trabalhadores auferindo menos de 1 salário mínimo diminui de 42% para 21% dos anos de 2004 a 2007. Em 2007, o salário mínimo tem poder de compra 29% maior que em 2004. Dessa forma, nota-se um aumento no poder de compra para aqueles que ganham o piso legal e uma diminuição dos ocupados que ganham menos do que o mínimo estipulado. (BALTAR; SANTOS; GARRIDO; PRONI, 2009: 17).

3.3 Gênero e Raça

Analisando a tabela 3.3, nota-se um grande aumento, tanto dos homens quanto das mulheres, no mercado de trabalho com carteira assinada. Apesar da variação, proporcional, ter sido maior para o sexo feminino, em números absolutos, os homens tiveram um aumento maior: 4.654.944 contra 3.574.088 para as mulheres.

Mas, percebe-se que a incorporação dos trabalhadores formais não está

concentrada em apenas um sexo. As mulheres conseguiram aumentar a sua proporção no mercado de trabalho segundo as regulações da CLT. Esse fenômeno já vinha ocorrendo desde os anos 80, quando a participação feminina no mercado de trabalho, tornava-se uma necessidade para o sustento da família em decorrência da dificuldade de apenas o homem obter emprego.

Essa situação apenas se intensificou e a mulher passou a fazer parte essencial do sustento familiar em boa parte das residências nacionais.

O movimento de incorporação do mercado de trabalho com carteira assinada é registrado na tabela abaixo com o constante aumento da porcentagem de trabalhadores, em todos os anos. Tanto homens quanto mulheres aumentaram significativamente o seu grau de formalização, com um ligeiro destaque para as mulheres, que tiveram um aumento proporcional maior. (28,9% contra 26,8%).

Tabela 3.3 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por gênero em relação a 2002 (2002 = 100%)

2002	100,00	100,00
2003	103,35	104,67
2004	109,88	110,07
2005	114,09	115,48
2006	119,23	122,37
2007	126,75	128,85
Variação	26,8	28,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, Pnad. Elaboração própria.

A situação feminina no mercado de trabalho está se desenvolvendo paulatinamente com a crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho. No entanto, ainda está longe de atingir a igualdade com os homens, tanto em rendimento médio quanto em posições de destaque.

No Brasil, ainda existe uma segmentação da estrutura do mercado de trabalho em torno do gênero, sendo o homem com o trabalho produtivo e a mulher com o

trabalho reprodutivo. Assim, ainda existem muitas profissões onde as mulheres concentram maioria absoluta, como as atividades sociais, prestação de serviços pessoais, enfermagem, magistério no ensino primário e etc. (Leone, 2009: 3).

Na década de 90 cresceu fortemente a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho. A incorporação feminina no período foi marcada pelo setor terciário, principalmente no comércio e na prestação de serviços, com destaque para o serviço doméstico. O referido setor é marcado pelo reduzido grau de formalidade.

Segundo Eugênia Troncoso Leone:

Da ótica do trabalho feminino, em particular, a deterioração geral do mercado de trabalho contribui para a continuidade da segmentação por gênero no mercado de trabalho com a concentração de mão-de-obra feminina em determinados guetos ocupacionais, além de postos de trabalho mais instáveis e pior remunerados. (Leone, 2009: 2).

Tabela 3.4 Emprego Formal e Ocupação Não-Formal conforme sexo e cor. Brasil, 2004 e 2006

Sexo e Cor	Emprego Formal ⁽¹⁾			Ocupação Não-Formal ⁽²⁾			% Formal na Ocupação Total	
	2004	2006	Taxa Cresc.	2004	2006	Taxa Cresc.	2004	2006
Homem	58,4	57,8	4,1	58,1	57,4	0,9	39,1	40,6
Mulher	41,6	42,2	5,4	41,9	42,6	2,4	38,7	40,1
Branco	59,4	57,1	2,7	48,7	47,5	0,3	43,8	44,9
Negro	40,6	42,9	7,5	51,3	52,5	2,6	33,5	35,6
Total	100,0	100,0	4,7	100,0	100,0	1,5	38,9	40,4

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(1) Formal: Emprego c/ cart., militar e func. Público e estatutário+emprego doméstico c/ cart.

(2) Não-Formal: Emprego s/cart. + Trab. Dom. s/cart. +Conta-própria+Empregador+Autocons.+Autoconst+Não remun.

Apud: LEONE, 2009: 13

A Tabela acima reitera o movimento da tabela 3.3 onde ilustra a formalização por carteira assinada de toda a população segundo o gênero. No entanto acrescenta a questão racial. Segundo Leone:

A população atua influenciada, em grande medida, pela categoria racial a que pertence e à qual se supõem atributos, características e estereótipos. A

raça também estrutura a divisão do trabalho entre ocupações mais desvalorizadas socialmente e com menores remunerações onde se concentram as pessoas negras. Essa divisão é um legado histórico do colonialismo e da escravidão. (FRASER, 1997, apud VALENZUELA, 1999; CARNEIRO, 2002). As mulheres negras, em particular, sofrem a dupla discriminação de gênero e raça. (Leone, 2009: 3).

Percebe-se na tabela acima que os brancos ainda possuem maiores taxas de formalização 57,1% contra 42,9% dos negros no ano de 2006.

Outro dado ilustrado na referida tabela é que a diferença racial é maior do que a por sexo, segundo empregos formais. Ou seja, a diferença entre os sexos é menor do que entre raça. A porcentagem formal das mulheres brancas é ligeiramente maior que dos homens brancos (45,5% e 44,4% respectivamente). No caso dos negros, o homem tem uma participação maior do que das mulheres negras (36,8% e 33,9% respectivamente). As maiores disparidades no grau de formalização estão entre a raça, homens e mulheres brancos possuem taxas de formalização maiores que as mulheres e homens negros.

3.4 Escolaridade

A maior parte dos empregos formais gerados são para aqueles que têm ensino médio completo e ensino superior. No entanto, o grande aumento dos trabalhadores inseridos são para os que têm ensino médio completo. Apesar da variação ter sido a mesma entre as duas faixas de maior escolaridade, em números absolutos, o aumento foi bem superior para aqueles com ensino médio completo. Este teve um aumento de mais de 4,4 milhões de emprego, em contra partida de um crescimento de quase 3 milhões para os com ensino superior.

Esse número de brasileiros com ensino superior e facilitação ao acesso reflete uma maior exigência do mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. Existe uma série de universidades particulares com um custo mais baixo que estão levantando esse grau de instrução, já que atingem uma parte significativa da população. No entanto cabe ressaltar que boa parte dessa população com ensino médio completo e superior que adentraram o mercado de trabalho estão auferindo de 1 a 2 salários mínimos,

conforme tabela 3.1. Ou seja, a maior escolaridade da população brasileira não está sendo refletido em ocupações com maiores remunerações, evidenciando a característica do mercado de trabalho brasileiro de baixos salários.

Essa exigência de maior escolaridade do mercado de trabalho contribuiu para uma significativa variação negativa das duas primeiras faixas de escolaridade, sendo elas: até menos de um ano de instrução e ensino fundamental incompleto. Assim, para aqueles que não possuem ensino médio completo a tendência é de terem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, até mesmo naquelas ocupações que não necessitam de mais de 8 anos de escolaridade.

Tabela 3.5 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por faixas de escolaridade em relação a 2002 (2002 = 100%)

	Sem instrução ou menos de 1 ano	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior
2002	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2003	98,97	97,61	100,75	104,55	109,63	108,38
2004	98,69	98,08	108,87	111,26	120,01	117,12
2005	94,83	97,66	107,21	115,74	132,23	124,06
2006	90,82	97,80	109,23	119,27	143,77	136,94
2007	97,90	97,34	124,57	117,03	152,56	152,67
Varição acumulada	-2,1	-2,7	24,6	17,0	52,6	52,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, Phad. Elaboração própria.

3.5 Idade

Inicialmente cabe destacar que a faixa de idade entre os 25 a 49 anos é a que possui o maior número de ocupados com carteira assinada, com quase 70%. Em números absolutos está foi a faixa que mais demandou mão de obra com carteira assinada no país, chegando a quase 5,5 milhões de empregos.

A segunda faixa que mais criou empregos com carteira assinada foi daqueles com mais de 50 anos e menos de 65, sendo esta a que teve a maior variação, 55%. Esse número mostra que o mercado ainda tem espaço para esses trabalhadores, devido a um aumento significativo na demanda.

Com o aumento da expectativa de vida no país, conseqüentemente aumenta o número de trabalhadores com mais de 65 anos. Essa população vem crescendo rapidamente. O Brasil não é mais um país composto por maioria jovem, a base da pirâmide etária está diminuindo e o seu pico aumentando.

Para aqueles com menos de 18 anos a situação houve uma forte variação negativa de 45,7%, evidenciando a continuidade do problema no país de inserir o jovem no mercado de trabalho. Em números absolutos, essa foi à única faixa que teve uma diminuição do número de vagas, enquanto em todas as demais faixas houve um acréscimo. O Brasil ainda tem muita dificuldade em inserir esses jovens no mercado de trabalho. A situação se complicada ainda mais para aqueles que não possuem o ensino médio completo, conforme evidenciado na tabela anterior. Ou seja, esta é uma faixa etária crítica e pior para aqueles sem instrução. O governo vem tentando, com políticas de incentivo, melhorar essa situação, como por exemplo, o Pró-jovem. Porém o resultado não está sendo positivo, conforme a análise acima.

Tabela 3.6 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por faixas de idade em relação a 2002 (2002 = 100%)

	Menos de 18 anos	19 a 24 anos	25 a 49 anos	50 a 65 anos	65 ou mais
2002	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2003	98,76	103,13	103,17	109,95	118,29
2004	100,97	107,32	109,68	118,03	108,69
2005	104,12	113,69	113,33	126,70	115,63
2006	97,57	113,52	119,62	142,34	130,00
2007	54,27	120,42	126,88	154,96	132,49
Variação acumulada	-45,7	20,4	26,9	55,0	32,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, Pnad. Elaboração própria.

3.6 Setor de Atividade

A tabela 3.7 evidencia o perfil dos empregados inseridos no mercado regulado pela CLT segundo setores de atividades. Pode-se notar que todos os setores

presenciaram um aumento dos empregados com carteira assinada, sem nenhuma exceção reiterando o bom resultado da economia no país.

Esse movimento aconteceu de duas maneiras. Tanto pela formalização dos trabalhadores, antes excluídos dos seus direitos e pela inserção de trabalhadores com carteira em todos os ramos de atividade.

O ponto mais importante desta tabela é ressaltar o crescimento do número de empregos com carteira assinada em todos os setores no Brasil.

Os setores que mais demandaram vagas foram às atividades indústrias e os serviços, sendo estes, os dois setores os que mais empregam no país. Esse resultado é mais uma vez explicado pelo aquecimento econômico. A indústria no país estava aquecida tanto pelo aumento da demanda externa quanto interna, refletindo esse bom resultado na geração de empregos, conforme tabela abaixo.

Outro destaque importante é em relação ao setor agrícola, que historicamente é aquele que mais sofre com a informalidade, devido as maiores dificuldades de fiscalização. Porém houve um significativo aumento das ocupações com carteira assinada. No entanto, a situação ainda é preocupante, a maioria dos empregados nesse setor é informal, devido à dificuldade de fiscalizar o imenso território nacional e por questões políticas.

CEDOC - IE - UNICAMP

Tabela 3.7 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por ramo de atividade em relação a 2002 (2002 = 100%)

	Agrícola	Atividades industriais	Serviços	Serviços sociais	Serviço doméstico
2002	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2003	104,15	100,89	105,82	102,73	105,73
2004	115,45	112,44	110,10	105,26	105,58
2005	117,36	115,56	121,06	106,01	110,53
2006	118,40	120,95	127,05	113,05	116,32
2007	124,77	130,33	136,84	118,82	116,24
Variação	24,8	30,3	36,8	18,8	16,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, Pnad. Elaboração própria.

3.7 Região

A Tabela 3.8 evidencia as regiões que mais estão empregando com carteira assinada a sua população. Cabe ressaltar que o Brasil é um país de dimensão continental e que apresenta enormes disparidades de desenvolvimento entre as suas regiões. Apesar dessas diferenças, o país vem conseguindo diminuí-las, aumentando a velocidade de desenvolvimento econômico das regiões com menores níveis de desenvolvimento, conforme apresentado na tabela abaixo.

A região que apresentou a maior variação foi a Norte, sendo esta a região com o menor número de empregos com carteira assinada do país.

A região Sul apresentou a menor variação de 23,5%, mas continua sendo a região com o maior grau de trabalhadores regulados pela CLT.

A Região Sudeste foi a que mais contratou mão de obra com carteira assinada em números absolutos, tendo em vista que é a região mais dinâmica do país. Por esse motivo ela responde mais rapidamente com o bom período econômico que o país vem passando. Esta região possui um bom nível de empregados com carteira assinada, só perde para a região Sul.

As regiões Nordeste e Centro-Oeste conseguiram variações expressivas de 29,5% e 32,2% respectivamente. Elas estão conseguindo se desenvolver a taxas mais

rápidas que as duas regiões mais dinâmicas: o Sul e Sudeste. Assim, estão conseguindo diminuir as altas taxas de informalidade, características das regiões menos desenvolvidas.

O Brasil conseguiu aumentar o número de ocupações com carteira assinada em todas as regiões do país, comprovando que o crescimento não está focalizado em apenas algumas regiões. O resultado é uma melhora em todas as regiões, além de estar ocorrendo uma descentralização econômica no eixo Sul-Sudeste.

Tabela 3.8 Evolução (em %) dos empregados com carteira assinada por regiões geográficas em relação a 2002 (2002 = 100%)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2002	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2003	110,71	105,56	102,79	103,27	105,84
2004	121,96	109,48	108,69	110,62	111,71
2005	130,66	114,15	113,21	113,47	120,23
2006	137,82	121,12	120,35	115,58	123,06
2007	146,84	129,39	126,36	123,46	132,24
Varição acumulada	46,8	29,4	26,4	23,5	32,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, Pnad. Elaboração própria.

3.8 Análise do Perfil

Depois de analisada todas as tabelas acima, pode-se traçar o perfil dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho com carteira assinada durante os anos de 2002 a 2007.

Porém, inicialmente, conclui-se que houve uma retomada da estruturação do mercado de trabalho.

A primeira informação pertinente a ressaltar é o aumento da elasticidade emprego/produto. Dessa forma, o bom momento que a economia brasileira vivenciou gerou um crescimento das ocupações. As tabelas acima ilustram essa fase com um aumento significativo do número de empregos com carteira assinada e um aumento do rendimento.

O Brasil conseguiu crescer, gerar empregos e diminuir a desigualdade.

Outro aspecto da situação do país é a exigência do mercado de maiores níveis de escolaridade em função da grande competitividade. A Tabela 3.5 ilustra essa transformação do mercado de trabalho. A expansão de universidades particulares com preços acessíveis contribuiu para o país aumentar o número de cidadãos com nível superior. No entanto, o resultado é que essa população está concorrendo a vagas com baixos salários, desde 1 salário mínimo, aumentando a exigência escolar de todos os concorrentes.

Outra transformação no mercado de trabalho é a idade dos trabalhadores. A população brasileira vem aumentando a expectativa de vida e conseqüentemente o mercado absorve essa transformação. Houve um grande aumento do número de vagas para a faixa de idade entre 50 e 65 anos e para aqueles com mais de 65 anos. Em contra partida, o Brasil ainda continua com dificuldade de inserir o jovem no mercado de trabalho, ficando estes, mais sujeitos aos empregos informais.

Uma informação marcante das tabelas analisadas é a variação do rendimento para as faixas de 1 salário mínimo e de 1 a 2 salários mínimos. Essas faixas são as que mais incorporaram mão-de-obra formal. Além de o governo ter aumentado significativamente o salário mínimo. O resultado foi um crescimento bastante alto da renda dessas classes, que tiveram uma série de impactos na sociedade brasileira. Sendo um deles a diminuição lenta da desigualdade. Outro destaque é o impulso que essas classes geraram e estão gerando no crescimento. Com o aumento da renda, aumento na oferta do crédito e parcelas mais longas, a demanda por consumo contribui bastante para impulsionar as boas taxas de crescimento do país.

O Brasil é um país de grandes diferenças regionais em função do modo como foi estruturando o seu desenvolvimento. Mas, ele vem conseguindo diminuir um pouco essa grande diferença. A região Sudeste vem deixando de ser o carro chefe na economia nacional. Regiões como o Nordeste e o Centro-Oeste, estão conseguindo um bom crescimento econômico que refletiu diretamente no crescimento do emprego formal nestes anos analisados.

Assim, pode-se concluir que os empregos gerados com carteira assinada entre

2002 e 2007 apresentam baixa remuneração (1 a 2 salários mínimos), maior exigência escolar (fundamental completo e superior), entre 25 e 49 anos sendo nas atividades industriais e nos serviços.

Conclusão

O trabalho analisa o movimento geral do mercado de trabalho brasileiro, destacando as suas características mais recentes entre 2004 e 2007.

Assim, evidenciou que “algumas características permanecem até a atualidade, tais como: excedente estrutural de força de trabalho; informalidade; alta taxa de rotatividade; baixos salários; e desigual distribuição de renda gerada na sociedade”. (Krein, Nobre Júnior e Biavaschi, 2008).

No processo de estruturação do mercado de trabalho compreendeu-se que, apesar das altas taxas de crescimento de 1930 a 1980, o país sempre teve uma grande oferta de mão-de-obra. Mas ao mesmo tempo houve um incremento significativo do assalariamento, fruto da industrialização e urbanização que transformou o país de uma maneira rápida. Em poucas décadas a característica do emprego mudou passando de 33% de ocupações não-agrícolas em 1940 para 66% em 1980.

Após 1980 o país passou por duas décadas de lento crescimento do produto e um ínfimo crescimento do PIB *per capita* (2,8% entre 1989 e 1999) com danosos impactos no mercado de trabalho.

Nos anos 80 evidenciou que o processo de estruturação do mercado de trabalho foi interrompido, permanecendo as mesmas taxas de desemprego entre o começo e o final da década. No entanto, houve uma corrosão da renda das classes baixas, em função das altas taxas de inflação sem o correspondente incremento dos salários. Assim, houve uma piora da distribuição da renda no país. Segundo Baltar (1996): “A queda real dos rendimentos não foi equânime em todos os estratos de renda, sendo mais intensa entre os mais pobres, entre os quais 50% tiveram sua renda média diminuída em 20% comparando 1989 e 1981, enquanto 5% dos mais ricos tiveram um aumento de 29% em sua renda média e a dos 15% seguintes aumentaram em 13%.”

Nos anos 90, há um período de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. O emprego formal cede lugar ao emprego informal, as taxas de desemprego sobem e aumenta a informalidade.

Em resumo, a década de 90, momento em que o país promove a abertura

econômica e adota as diretrizes do Consenso de Washington, foi marcada por um baixo crescimento do PIB, baixa elasticidade produto/emprego e uma eliminação de empregos. A taxa de desemprego passou de menos de 5% em 1989 para 10,4% em 1999. (Baltar, Moretto, Santos, Krein, 2006: 32). Dessa forma, houve uma mudança no perfil dos ocupados. As ocupações por conta própria aumentaram, os ocupados nos setores de serviços também aumentaram e houve uma diminuição dos ocupados em estabelecimentos (grandes empresas e em órgãos públicos). (Baltar, 2006: 25).

Nesse período a precarização dos postos de trabalho foi intensa, mascarando as taxas de desemprego que muitas vezes não levam em consideração o desemprego oculto por trabalho precário.

A partir de 1999 o Brasil começa reverter à tendência de desestruturação do mercado de trabalho. O bom desempenho da economia mundial a partir de 2003 contribuiu para um forte aumento das exportações brasileiras que alavancaram a retomada do crescimento do emprego formal nas empresas de grande porte.

Entre 1999 e 2006, o emprego formal cresceu a uma taxa de 5,5% ao ano e a economia nacional cresceu 3,2% ano. A participação do emprego formal aumentou de 35,8% para 40,3% do total das ocupações no país.

No entanto apenas o bom desempenho econômico não explica esse bom momento do mercado de trabalho brasileiro. A posição do Estado foi crucial para essa retomada da formalização conforme explicação de Baltar, Moretto, Santos, Krein (2006: 49):

O maior ritmo de crescimento do emprego formal e o crescimento do número de regularização dos registros dos trabalhadores como resultado da ação fiscal apontam para a importância do Poder Público no cumprimento das leis do trabalho e na forma recente de atuação das instituições públicas presentes no mundo do trabalho brasileiro. Mesmo não tendo o papel de gerar postos de trabalho, essa atuação evidencia que o Estado pode ter um papel importante na fiscalização e na maior abrangência do cumprimento da legislação trabalhista e dos acordos sindicais, melhorando a qualidade dos postos de trabalho gerados na economia.

Outro papel importante do Estado, contribuindo para a estruturação do mercado de trabalho, foi a constante valorização do salário mínimo real, cooperando diretamente

para o incremento da renda daqueles que auferem o mínimo legal. Cabe frisar que esse aumento do salário mínimo não teve um impacto no aumento da informalidade, como exemplificado ao longo do texto.

Esse aumento do salário mínimo contribuiu para o aumento dos rendimentos das classes mais baixas e conseqüentemente uma diminuição da desigualdade social. Essa melhora teve um impacto no Índice de Gini que passou de 0,593 em 2001 para 0,566 em 2005.

Em relação ao perfil dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho regulado pela CLT entre 2002 e 2007 evidenciou a continuação paulatina da mulher no mercado de trabalho que desde a década de 80 vem aumentando a sua participação.

Em relação à escolaridade, mostrou que o mercado de trabalho está exigindo cada vez mais, maiores graus de instrução, tornando a situação cada vez mais difícil para aqueles que possuem apenas fundamental incompleto. No entanto, essa exigência não está associada a ocupações com melhores salários. Mas sim, ao aumento da competitividade do mercado de trabalho.

Outro resultado do texto é a comprovação que a população nacional está envelhecendo. A pirâmide etária está diminuindo a sua base e aumentando o seu tronco. Essa transformação também é refletida no mercado de trabalho com um aumento dos trabalhadores ocupados com idade entre 50 e 65 anos. Até a faixa daqueles com mais de 65 anos teve um aumento significativo.

Em contra partida, a situação dos jovens em busca do primeiro emprego continua bastante difícil. As vagas chegaram a diminuir para os jovens com menos de 18 anos.

A grande parte das ocupações criadas no período estão nas faixas salariais de 1 salário mínimo e de 1 a 2 salários mínimos, que aumentaram significativamente a sua participação no número de trabalhadores totais. Elas foram às classes que tiveram o maior crescimento do número de empregos formais.

Portanto a maioria das ocupações com carteira assinada criadas são caracterizadas por baixos salários, entre 25 a 65 anos e com ensino médio completo e

superior.

Os setores que impulsionaram essa recomposição são as atividades industriais e o dos serviços. O crescimento econômico brasileiro, dentro de um contexto de aumento do comércio internacional, durante os anos analisados teve um impacto positivo na geração de demanda desses setores.

A região Sudeste e a Região Sul, por serem as mais dinâmicas foram as que mais contribuíram para o aumento do emprego formal. Todavia as regiões Norte e Centro Oeste, que têm um grande número de empregos informais, estão conseguindo gerar empregos com carteira assinada. Esse é o resultado de um maior dinamismo dessas regiões que estão experimentando taxas de crescimento econômico maior que a média nacional.

Apesar desse quadro de melhora efetiva, o país continua distante de atingir os bons níveis de desenvolvimento do mercado de trabalho. Se o Brasil mantiver por 10 anos o bom desempenho do mercado de trabalho de 2004 a 2006, o país ainda teria 30% da PEA fora do mercado de trabalho em 2016. Entre os abarcados ainda seria grande o peso do desemprego. (Baltar, 2007: 19).

Esse texto teve como objetivo evidenciar o bom momento do mercado de trabalho no início dos anos 2000. Mesmo, parte desse ciclo vigoroso, ter sido provocado pelo bom desempenho das economias do mundo, foi evidenciado a grande importância do Estado com as suas instituições reguladoras. No entanto, o país ainda necessita de décadas com esse crescimento para sanar as suas deficiências estruturais que permanecem desde a formação do mercado de trabalho brasileiro.

Referências Bibliográficas:

- BALTAR, P. E. A. (2007) "Emprego, Políticas de Emprego e Política Econômica no Brasil".
- BALTAR, P. E. A. . "Formação, estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil". In: Claudio Salvadori Dedecca; Marcelo W. Proni. (Org.). Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido. 1 ed. Brasília - DF: MTE/UNITRABALHO, 2006, v. 1, p. 9-29.
- BALTAR, P. E. A. ; MORETTO, Amilton ; SANTOS, A. ; KREIN, José Dari . "Evolução do mercado de trabalho e significado da recuperação do emprego formal nos anos recentes". In: Claudio Salvadori Dedecca; Marcelo W. Proni. (Org.). Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido. 1 ed. Brasília - DF: MTE / UNITRABALHO, 2006, v. 1, p. 29-52
- BALTAR, P. E. de A. & DEDECCA, C. S. (1992) "Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil durante a industrialização restringida". Cadernos do CESIT, texto para discussão nº 12, set/1992.
- BALTAR, PAULO; SANTOS, ANSELMO; GARRIDO, FABIANO; PRONI, MARCELO W.. "Estudo Transversal 3. Estrutura do Emprego e da Renda". 2009.
- CARDOSO JÚNIOR, J. C. (2007) "De Volta para o Futuro? As Fontes de Recuperação do Emprego Formal no Brasil e as Condições para sua Sustentabilidade Temporal"
- DEDECCA, C. S. (2006) "Economia, Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda, 2002-2005" in Centro de Estudos Estratégicos (CGEE), 2006.

- DEDECCA, C. S. (2005) "Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil". Revista de Economia Política, vol 5, nº1, pp. 94-111, jan-março/2005.
- DEDECCA, C. S. (1998) "Desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil". Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 18, nº1, janeiro-março/1998.
- _____. "A redução da desigualdade no Brasil, uma estratégia complexa". In: IPEA. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. Brasília: IPEA, 2007. No prelo.
- IBGE (1983) "Metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego" – 1980. Rio de Janeiro, IBGE. (Série Relatórios Metodológicos, vol. 2).
- KREIN, J. D. ; NOBRE JUNIOR, Hildeberto Bezerra ; BIAVASCHI, Magda B . "A Formalização dos Contratos e as Instituições Públicas". In: Eduardo Fagnani; Wilnês Henrique; Clemente Ganz Lúcio. (Org.). Previdência Social: Como Incluir os Excluídos?. São Paulo: LTr, 2008, v. , p. 119-135.
- LEONE, E. T. . "O Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Economia Informal". 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- OLIVEIRA, C. A. B. . "Formação do Mercado de Trabalho no Brasil". In: Marco Antonio de Oliveira. (Org.). Economia & Trabalho: Textos Básicos. Campinas: UNICAMP / Instituto de Economia, 1998, v. 1, p. 113-127.
- SANTOS, ANSELMO L. DOS. "Trabalhos em Pequenos Negócios no Brasil: Impactos da Crise do Final do Século XX". 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Orientador: Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.

SABÓIA, J. L. M. (1986) "Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise:1980-1983. Revista de Economia Política, vol. 6, nº 3, julho-setembro/1986.

SIQUEIRA, F. C. DE. "O MOVIMENTO RECENTE DE FORMALIZAÇÃO". 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Economia) - Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Jose Dari Krein.